

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	31
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	66

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	91.880.972
Preferenciais	101.878.293
Total	193.759.265
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	20/04/2016	Dividendo		Ordinária		0,35621
Assembléia Geral Ordinária	20/04/2016	Dividendo		Preferencial		0,39183

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	7.030.226	7.402.363
1.01	Ativo Circulante	2.916.617	3.033.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	868.773	785.146
1.01.03	Contas a Receber	1.851.817	1.897.896
1.01.03.01	Clientes	1.149.051	1.138.256
1.01.03.01.01	Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	1.240.654	1.214.376
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-91.603	-76.120
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	702.766	759.640
1.01.03.02.01	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	559.797	625.146
1.01.03.02.02	Instrumentos financeiros derivativos	142.969	134.494
1.01.06	Tributos a Recuperar	96.730	81.257
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	96.730	81.257
1.01.06.01.01	Tributos a compensar	96.730	81.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	99.297	269.700
1.01.08.03	Outros	99.297	269.700
1.01.08.03.04	Outros créditos	34.913	37.165
1.01.08.03.06	Subsídios Tarifários	64.384	232.535
1.02	Ativo Não Circulante	4.113.609	4.368.364
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.317.715	2.571.574
1.02.01.03	Contas a Receber	182.017	338.921
1.02.01.03.01	Clientes	13.909	15.862
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	168.108	323.059
1.02.01.06	Tributos Diferidos	683.183	707.771
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	683.183	707.771
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.452.515	1.524.882
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	84.721	84.060
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	117.067	111.260
1.02.01.09.08	Ativo Indenizável (concessão)	966.649	907.123
1.02.01.09.09	Outros créditos	42.289	48.631
1.02.01.09.10	Instrumentos financeiros derivativos	241.789	373.808
1.02.03	Imobilizado	12.518	13.494
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	12.518	13.494
1.02.04	Intangível	1.783.376	1.783.296
1.02.04.01	Intangíveis	1.783.376	1.783.296
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.783.376	1.783.296

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	7.030.226	7.402.363
2.01	Passivo Circulante	1.997.162	2.347.901
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.439	60.813
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	48.439	60.813
2.01.02	Fornecedores	379.178	586.330
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	323.802	483.820
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	55.376	102.510
2.01.03	Obrigações Fiscais	223.599	222.941
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.723	50.038
2.01.03.01.02	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	35.108	39.406
2.01.03.01.03	Programa de integração social - PIS	7.558	8.511
2.01.03.01.04	Impostos retidos na fonte	1.057	2.121
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	179.876	172.903
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	701.250	681.349
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	439.002	422.288
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	98.929	97.607
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	340.073	324.681
2.01.04.02	Debêntures	262.248	259.061
2.01.05	Outras Obrigações	644.696	796.468
2.01.05.02	Outros	644.696	796.468
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10	98.279
2.01.05.02.04	Encargos do consumidor	121.665	335.364
2.01.05.02.07	Obrigações P&D e eficiência energética	46.635	40.085
2.01.05.02.09	Outros passivos	59.500	51.257
2.01.05.02.10	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	416.886	271.483
2.02	Passivo Não Circulante	3.005.203	3.092.017
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.452.887	2.555.649
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.611.095	1.738.171
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	489.107	484.252
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.121.988	1.253.919
2.02.01.02	Debêntures	841.792	817.478
2.02.02	Outras Obrigações	303.042	296.649
2.02.02.02	Outros	303.042	296.649
2.02.02.02.04	Obrigações P&D e eficiência energética	17.929	17.382
2.02.02.02.06	Outros passivos	14.192	15.445
2.02.02.02.07	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	270.921	263.822
2.02.04	Provisões	249.274	239.719
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	249.274	239.719
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	38.280	35.351
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	33.459	32.529
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	146.008	141.809
2.02.04.01.05	Desapropriações e servidões	9.849	9.305
2.02.04.01.06	Regulatórias	21.678	20.725
2.03	Patrimônio Líquido	2.027.861	1.962.445
2.03.01	Capital Social Realizado	952.492	952.492

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02	Reservas de Capital	765.882	765.882
2.03.02.07	Reserva de capital	765.882	765.882
2.03.04	Reservas de Lucros	244.071	244.071
2.03.04.01	Reserva Legal	171.422	171.422
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	72.649	72.649
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	65.416	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.142.762	1.502.033
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-930.586	-1.242.047
3.02.01	Energia comprada para revenda	-693.068	-1.013.702
3.02.02	Custos operacionais	-114.408	-111.502
3.02.03	Depreciações e Amortizações	-977	-1.044
3.02.04	Amortização de Ativo Intangível	-41.745	-39.435
3.02.05	Custo de construção	-80.388	-76.364
3.03	Resultado Bruto	212.176	259.986
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.341	-51.372
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.986	-5.084
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.486	-20.749
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-42.869	-25.539
3.04.05.01	Outras despesas operacionais líquidas	-42.869	-25.539
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	142.835	208.614
3.06	Resultado Financeiro	-39.241	-27.539
3.06.01	Receitas Financeiras	58.564	65.425
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.805	-92.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.594	181.075
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.646	-64.743
3.08.01	Corrente	-14.300	-39.834
3.08.02	Diferido	-24.346	-24.909
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	64.948	116.332
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	64.948	116.332
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,35030	0,62774
3.99.01.02	ON	0,31846	0,57040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	64.948	116.332
4.02	Outros Resultados Abrangentes	468	866
4.02.05	Efeito do limite do ativo de benefício definido	709	1.313
4.02.06	Tributo diferido sobre ajustes atuariais	-241	-447
4.03	Resultado Abrangente do Período	65.416	117.198

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	251.604	200.263
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	266.255	299.206
6.01.01.01	Lucro líquido do período	64.948	116.332
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.801	15.851
6.01.01.03	Juros e variações monetárias e cambiais	94.158	78.701
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	42.722	40.480
6.01.01.05	Perda na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	4.881	6.372
6.01.01.06	Plano de pensão	709	1.313
6.01.01.08	Provisão para ações judiciais e regulatórias	14.361	8.100
6.01.01.09	Tributos diferidos	24.347	24.908
6.01.01.10	Marcação a mercado - ativo financeiro	-28.197	-7.323
6.01.01.11	Programa de P&D e eficiência energética	15.092	13.084
6.01.01.12	Pagamentos baseados em ações	3.433	1.388
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.651	-98.943
6.01.02.01	Contas a receber	-38.643	-215.712
6.01.02.03	Tributos a compensar	-16.134	-9.765
6.01.02.05	Outros créditos	164.657	-12.154
6.01.02.06	Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	-52.763	-37.843
6.01.02.07	Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	-420.851	211.288
6.01.02.08	Tributos a recolher	21.907	79.729
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-21.249	-26.716
6.01.02.10	Provisão para ações judiciais e regulatórias	-4.806	-5.420
6.01.02.12	Programa de P&D e eficiência energética	-9.755	-10.059
6.01.02.13	Outros passivos	-9.816	-14.450
6.01.02.14	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	220.300	46.691
6.01.02.15	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	152.502	-104.532
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-71.870	-80.159
6.02.01	Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	-80.388	-76.364
6.02.02	Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	2.353	790
6.02.04	Caução de fundos e depósitos vinculados	6.165	-4.585
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-96.107	356.664
6.03.02	Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)	-23.975	-13.737
6.03.04	Captação de empréstimos	26.137	370.401
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-98.269	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	83.627	476.768
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	785.146	578.648
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	868.773	1.055.416

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.492	765.882	244.071	0	0	1.962.445
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.492	765.882	244.071	0	0	1.962.445
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.416	0	65.416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	64.948	0	64.948
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	468	0	468
5.05.03.02	Ganhos e perdas atuariais, líquidos	0	0	0	0	468	468
5.05.03.03	Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	0	0	0	468	-468	0
5.07	Saldos Finais	952.492	765.882	244.071	65.416	0	2.027.861

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.492	765.882	501.885	0	0	2.220.259
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.492	765.882	501.885	0	0	2.220.259
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.198	0	117.198
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	116.332	0	116.332
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	866	0	866
5.05.03.02	Ganhos e perdas atuariais, líquidos	0	0	0	0	866	866
5.05.03.03	Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	0	0	0	866	-866	0
5.07	Saldos Finais	952.492	765.882	501.885	117.198	0	2.337.457

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	2.086.477	2.270.417
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.292.803	2.026.474
7.01.02	Outras Receitas	-206.326	243.943
7.01.02.01	Receita de construção	80.388	76.364
7.01.02.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	-27.926	-12.319
7.01.02.03	Outras receitas	6.002	674
7.01.02.04	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-264.790	179.224
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-943.885	-1.269.993
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-814.840	-1.152.509
7.02.04	Outros	-129.045	-117.484
7.02.04.01	Custo de construção	-80.388	-76.364
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-48.657	-41.120
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.142.592	1.000.424
7.04	Retenções	-42.722	-40.479
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.722	-40.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.099.870	959.945
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58.564	113.475
7.06.02	Receitas Financeiras	58.564	113.475
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.158.434	1.073.420
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.158.434	1.073.420
7.08.01	Pessoal	67.063	63.210
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	586.595	497.999
7.08.02.01	Federais	189.717	161.638
7.08.02.02	Estaduais	396.761	336.271
7.08.02.03	Municipais	117	90
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	439.828	395.879
7.08.03.03	Outras	439.828	395.879
7.08.03.03.01	Encargos setoriais e outros	342.023	254.865
7.08.03.03.02	Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	97.805	141.014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	64.948	116.332
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	64.948	116.332

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

RESULTADOS E DESEMPENHO EM MARÇO DE 2016

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões) ⁽¹⁾	1T 2016	1T 2015 Reapresentado **	Variação	Variação %
Receita Bruta	2.108,4	2.282,1	-173,7	-7,6%
Receita Líquida	1.142,8	1.502,0	-359,3	-23,9%
EBITDA	185,6	249,1	-63,5	-25,5%
Margem EBITDA	16,2%	16,6%	-0,3p.p.	-2,1%
Lucro Líquido	64,9	116,3	-51,4	-44,2%
Dívida Líquida	1.900,6	1.535,8	364,8	23,8%
Investimentos	73,5	74,8	-1,3	-1,7%

Outros Resultados	mar/16	mar/15	Variação	Variação %
Volume de fornecimento (GWh)	3.080,1	3.341,4	-261,3	-7,8%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	3.974,1	4.210,6	-236,5	-5,6%
Clientes (milhares)	2.515,9	2.456,4	59,5	2,4%
DEC anualizado (horas)	8,50	8,14	0,36	4,4%
FEC anualizado (interrupções)	4,69	4,90	-0,21	-4,3%
Perdas de Distribuição (%) ⁽²⁾	7,67%	6,98%	0,69p.p.	9,9%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAA-	brAAA	-	-

⁽¹⁾ Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

⁽²⁾ Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde set/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas em mar/16 da Elektro seria de 9,55% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

** Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

Comentário do Desempenho**Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016****SUMÁRIO**

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS.....	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
3. AMBIENTE ECONÔMICO	3
4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO.....	4
4.1. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária.....	4
4.2. Revisão Tarifária Extraordinária.....	4
4.3. Decreto nº 8.221/14	4
4.4. Conta de Desenvolvimento Energético.....	5
4.5. Bandeiras Tarifárias.....	6
4.6. Sobrecontratação de energia.....	6
5. DESEMPENHO COMERCIAL	7
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	7
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	9
5.3. Contratos de Compra de Energia	10
6. RESULTADOS.....	11
6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	13
7. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	13
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros.....	14
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	15
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	15
10.FLUXO DE CAIXA	16
11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO.....	17
12.DESEMPENHO OPERACIONAL	18
12.1. DEC e FEC	18
12.2. Perda de Distribuição	18

Comentário do Desempenho**Resultado do 1º trimestre de 2016**
20 de abril de 2016**1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 31 de março de 2016, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/03/2016						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		47,42%		52,58%		100,00%

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível¹) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* ri.elektro.com.br, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

O início de 2016 manteve a trajetória do cenário econômico desafiador, fruto do arrefecimento da atividade econômica e instabilidade política interna, refletindo na retração do mercado de trabalho e redução da renda e demanda.

Até março de 2016, a taxa básica de juros (SELIC) ficou mantida em 14,25% pelo Comitê de Política Monetária (Copom) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) também manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal indexador de empréstimos do BNDES, em 7,5% ao ano (fixada até junho de 2016).

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou 2,97% a.a. no primeiro trimestre de 2016, incremento de 0,94 p.p., quando comparado com o mesmo período de 2015. Com relação ao Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador apresentou inflação de 2,68% a.a., redução de 1,15 ponto percentual sobre o primeiro trimestre de 2015, reflexo da redução no preço de alguns alimentos e do efeito das bandeiras tarifárias nas tarifas de energia elétrica.

A moeda brasileira fechou março de 2016 em R\$ 3,5589/US\$, com desvalorização de 10,94% frente ao dólar norte-americano de 31 de março de 2015, cotado a R\$ 3,2080/US\$ e valorização de 2,47% frente a moeda de 31 de dezembro de 2015, cotada a R\$ 3,9048/US\$.

Para o comércio exterior brasileiro, segundo apuração do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), o saldo acumulado da Balança Comercial em março de 2016 foi um superávit de US\$ 8,4 bilhões, superando o déficit de US\$ 5,5 bilhões do mesmo período de 2015. O resultado no primeiro trimestre de 2016 é o melhor dos últimos anos. Durante os meses de janeiro a março de 2016, as exportações somaram US\$ 40,6 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 32,2 bilhões.

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Comentário do Desempenho**Resultado do 1º trimestre de 2016**
20 de abril de 2016

O PIB do país recuou 3,8% ao longo de 2015, causado, principalmente pela queda da produção industrial e retração do investimento em setores como construção civil, infraestrutura, automobilístico e linha banca.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	1T 2016	1T 2015	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	3,5589	3,2080	0,3509
Valorização / (desvalorização) cambial - Real em relação ao Dólar	-2,47%	-20,77%	18,3 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	2,97%	2,03%	0,94 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	2,68%	3,83%	-1,15 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	3,25%	2,81%	0,44 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	1,82%	1,35%	0,47 p.p.

(*) Cotação no encerramento do período.

4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO**4.1. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária**

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definitiva para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias possibilitou a elevação do WACC (líquido de impostos) de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%.

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Base de Remuneração Regulatória (BRR); Custo de Capital – WACC; Fator X; Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, a qual resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%.

Este resultado reflete, de forma positiva, o elevado nível de eficiência operacional da Elektro, conquistado ao longo dos últimos quatro anos, com a implantação de um modelo de gestão baseado na busca constante de eficiências, por meio de inovações e melhoria contínua de processos, que acarretou no reposicionamento da Elektro no modelo de *benchmarking* regulatório (94% no 4º ciclo, contra 69% no 3º ciclo), com o consequente reflexo em maior cobertura tarifária de seus custos operacionais. Nesta Revisão, a Elektro também obteve o reconhecimento integral de seus investimentos realizados durante o último ciclo tarifário, resultado de mudanças nos processos de planejamento, execução, apontamento, capitalização e ativação de obras, bens e serviços, em implantação desde 2009 e concluído neste ciclo. Estas mudanças, fundamentalmente baseadas no uso de novas tecnologias, em campo e no *back office*, e no apontamento de horas das equipes operacionais, através de dispositivos integrados aos sistemas técnicos e transacionais, foram cruciais para obtenção de integral reconhecimento tarifário dos investimentos realizados.

4.2. Revisão Tarifária Extraordinária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, do preço realizado no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a Elektro solicitou ao regulador uma RTE, de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa. A RTE da Elektro foi aprovada em 2 de março de 2015, com índice médio de aumento de 24,25% para seus consumidores.

4.3. Decreto nº 8.221/14

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidroenergéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento na tarifa equivalente a R\$ 26,0 milhões por mês, que será repassado à CCEE a partir de agosto de 2015 até fevereiro de 2020, sendo atualizado periodicamente. Para o período de setembro a dezembro de 2015 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 104,0 milhões e ao longo do primeiro trimestre de 2016 R\$ 78,0 milhões.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

4.4. Conta de Desenvolvimento Energético

Conforme Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a CDE deve suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas Distribuidoras de Energia Elétrica a determinadas classes de clientes, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro de seus contratos de concessão. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras ocorre através de repasses operacionalizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Em julho de 2015, a Associação Brasileira Consumidores de Energia (ABRACE) questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Após a abertura da Audiência Pública nº 057/15, a diretoria da ANEEL em reunião realizada em 25 de setembro de 2015 fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, e as publicou por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967/15 cuja aplicação deveria ser retroativa a 3 de julho de 2015, a fim de dar cumprimento à ordem judicial.

Como esse impacto na arrecadação prevista para o encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes para a CDE de cada distribuidora, e para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a ABRADDEE (associação Brasileira de Distribuidores de Energia) ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE os montantes mensais que deixaram de ser faturados devido à liminar da ABRACE. No ano de 2016 a Companhia deduziu o montante de R\$ 6,8 milhões.

Adicionalmente, como a Elektro não vinha recebendo da Eletrobrás a integralidade dos repasses dos valores de subsídios, e em contrapartida vinha recolhendo normalmente sua cota mensal à CDE, em 6 de agosto de 2015, a Companhia ingressou em Juízo e obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos devidos à CDE os valores não repassados pela Eletrobrás e já vencidos, evitando um descasamento de caixa no primeiro trimestre de 2016, no montante de R\$ 53,6 milhões (R\$ 211,4 milhões em dezembro de 2015).

Considerando o disposto no Pronunciamento CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação, parágrafo 42, apenas para a parcela para as quais recebemos o recibo de quitação da Eletrobrás (R\$ 211,4 milhões), a Companhia realizou a compensação em suas contas patrimoniais.

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

4.5. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de Bandeira Tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Dessa forma, no primeiro trimestre de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha em janeiro no valor de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$30/MWh e em março a amarela no valor de R\$15/MWh.

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), cuja função é centralizar o recolhimento dos recursos provenientes da aplicação das Bandeiras Tarifárias e apurar qual a diferença entre este total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição. De posse dessas informações, é feito um rateio para equalizar entre todos os agentes o efeito desta arrecadação. Em março de 2016, o montante registrado de Bandeiras Tarifárias pela Elektro é de R\$ 107,1 milhões (R\$ 95,5 milhões em março de 2015), sendo R\$ 109,7 milhões (R\$ 86,6 milhões em março de 2015) recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensados pelo pagamento à CCRBT no montante de R\$ 2,6 milhões (R\$ 8,9 milhões recebido da CCRBT em março de 2015).

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias, de maneira complementar a Revisão Tarifária Extraordinária, tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário, tendo a neutralidade assegurada no resultado da Companhia.

4.6. Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da redução no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também pode contribuir para que as empresas apresentem um cenário de exposição e vem sendo tratado pelas distribuidoras através de sua associação (ABRADEE) no âmbito do MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

A Companhia tem até o encerramento do ano de 2016 para concluir e endereçar todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

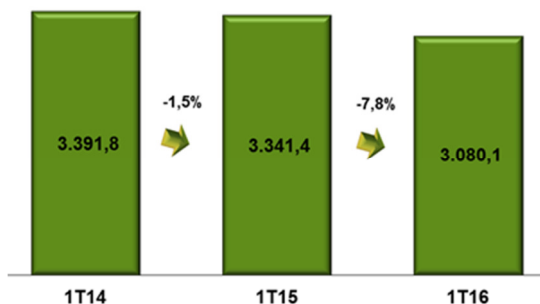
Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

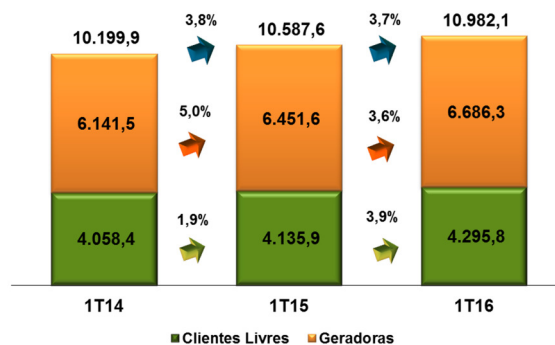
5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

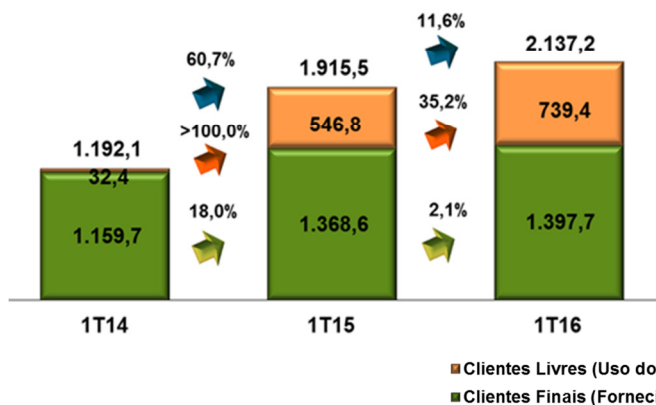
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) (*)



Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) (*)



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) (*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh (*)		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Residencial	1.143,7	1.197,3	-4,5%
Industrial	710,5	864,5	-17,8%
Comercial	677,6	707,2	-4,2%
Rural	231,0	249,1	-7,3%
Poder Público	78,1	82,1	-4,9%
Iluminação Pública	117,9	115,6	1,9%
Serviços Públicos	121,2	125,4	-3,4%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	3.080,1	3.341,4	-7,8%
Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (Finais + Livres)	3.974,1	4.210,6	-5,6%
Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW (*)		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição (1)	10.982,1	10.587,6	3,7%
Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Residencial	551,9	505,1	9,3%
Industrial	312,6	326,2	-4,2%
Comercial	315,7	283,7	11,3%
Rural	66,0	61,2	8,0%
Poder Público	32,7	30,8	6,1%
Iluminação Pública	32,5	26,6	22,2%
Serviços Públicos	50,6	43,3	16,9%
Receita não Faturada (2)	35,6	91,8	-61,2%
Total de Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	1.397,7	1.368,6	2,1%
Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição (1)	739,4	546,8	35,3%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	2.137,2	1.915,5	11,6%

(1) A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado.

No primeiro trimestre de 2016 a Elektro forneceu 3.080,1 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando uma redução no consumo de 7,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (3.341,4 GWh). Se analisarmos a área de concessão, considerando os clientes livres e cativos, a redução foi de 5,6%. O cenário econômico desfavorável tem contribuído para a redução do consumo de energia elétrica no País.

Durante o período de janeiro a março de 2016, a classe industrial cativa apresentou decréscimo de 17,8%, se considerarmos os clientes industriais livres e cativos, a diminuição foi atenuada para 8,1%, impactos especialmente afetados (i) pelo fraco desempenho da Produção Industrial, que segundo dados IBGE, apresentou redução de 11,8% nos dois primeiros meses do ano e (ii) pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, motivados pela redução dos preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

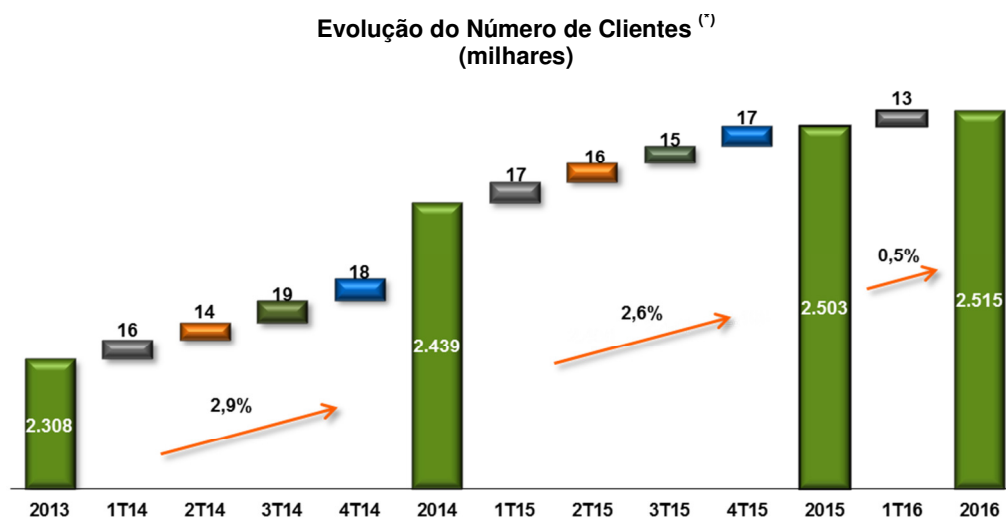
As classes residencial e comercial apresentaram reduções de 4,5% e 4,2% respectivamente. O cenário econômico com a conseqüente retração do mercado de trabalho e diminuição de renda, associados a elevação das tarifas e temperaturas mais amenas do que as registradas nos três primeiros meses de 2016, foram os principais fatores desses resultados.

Comentário do Desempenho

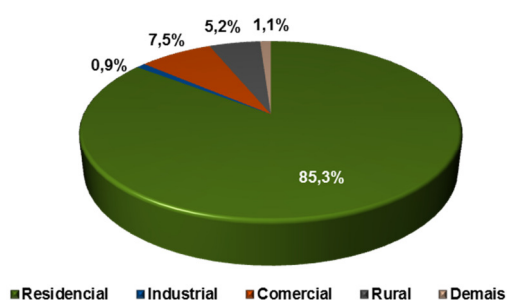
Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

Com relação a classe rural, o consumo menor em 7,3% quando comparado ao primeiro trimestre de 2015, ocorreu devido ao alto índice de precipitação (especialmente no final de 2015 e início de 2016), reduzindo a necessidade da utilização de sistemas de irrigação.

Em março de 2016, a Elektro registrou 2.515 mil de consumidores cativos, representando incremento de cerca de 13 mil novos clientes durante o primeiro trimestre do ano. No mercado livre foram 134 clientes em relação a 117 consumidores atendidos no mesmo período do ano anterior.



Segmentação dos Clientes (*)
(Total: 2,5 milhões)

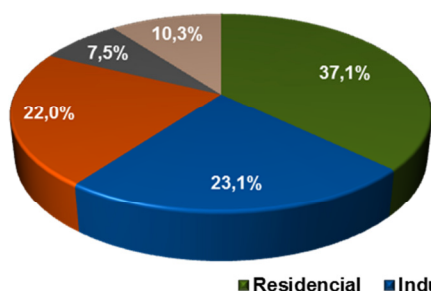


(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

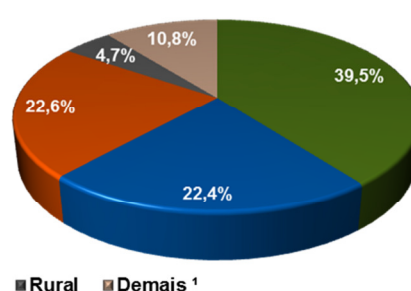
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação no primeiro trimestre de 2016:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (3.080,1 GWh) (*)



Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 1.397,7 milhões) (1)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) Inclui receita não faturada a clientes finais.

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

5.3. Contratos de Compra de Energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

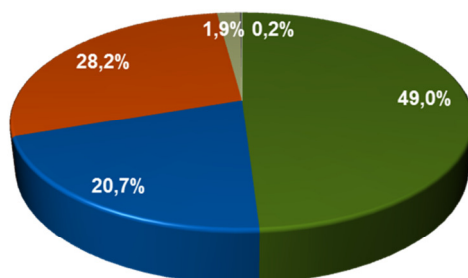
Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da redução no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também pode contribuir para que as empresas apresentem um cenário de exposição e vem sendo tratado pelas distribuidoras por meio de sua associação (ABRADEE) no âmbito do MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

A Companhia tem até o encerramento do ano de 2016 para concluir e endereçar todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

No primeiro trimestre de 2016, o suprimento de energia (em GWh) para a Elektro foi realizado (i) 49,0% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 20,7% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 28,2% de fontes oriundas de Contratos de Cotat (decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13), (iv) 1,9% de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e (v) 0,2% provenientes de outras fontes.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro entre janeiro e março de 2016.

Contratos de Compra de Energia
(3.626,1 GWh) (*)



■ Leilões de Energia ■ Itaipu ■ Contratos Cotat ■ Proinfa ■ Geração Distribuída

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	1T 2016	1T 2015 Reapresentado **	31/03/2016 vs 31/03/2015	
			△ R\$	△ %
Venda de Energia Clientes Finais	1.397,7	1.368,6	29,1	2,1%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	739,4	546,8	192,6	35,2%
Receita de construção	80,4	76,4	4,0	5,3%
Valores a Receber/(Devolver) de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(264,8)	179,2	(444,0)	-247,7%
Outras Receitas	155,6	111,0	44,6	40,2%
Receita Operacional Bruta	2.108,4	2.282,1	(173,7)	-7,6%
Deduções às Receitas Operacionais	(858,5)	(684,5)	(174,0)	-25,4%
Deduções por Bandeiras Tarifárias	(107,1)	(95,5)	(11,6)	1,0%
Receita Operacional Líquida	1.142,8	1.502,0	(359,3)	-23,9%
Energia Comprada para Revenda	(693,1)	(1.013,7)	320,6	31,6%
Custo de Construção	(80,4)	(76,4)	(4,0)	-5,3%
Gastos e Despesas Operacionais	(226,5)	(203,4)	(23,1)	-11,4%
Resultado do Serviço	142,8	208,6	(65,8)	-31,5%
EBITDA *	185,6	249,1	(63,5)	-25,5%
Resultado Financeiro	(39,2)	(27,5)	(11,7)	-42,5%
Lucro Líquido	64,9	116,3	(51,4)	-44,2%

* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 64,9 milhões em 31 de março de 2016) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 39,2 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 38,7 milhões) e depreciação e amortização de 2015 (R\$ 42,8 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

** Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

A Receita Operacional Bruta da Elektro registrou R\$ 2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2016, 7,6% abaixo do valor do mesmo período de 2015 (R\$ 2,3 bilhões). As variações observadas devem-se principalmente ao aumento da receita devido:

- Revisão extraordinária nas tarifas aplicadas a partir de 02 de março de 2015, com incremento médio percebido pelo consumidor de 24,25%;
- Revisão Tarifária a partir de 27 de agosto de 2015, com reajuste médio aplicado nas tarifas de 4,20%.

Por outro lado, os seguintes eventos impactaram negativamente a linha de Receita Operacional Bruta, tais como:

- Redução de 5,6% do mercado total, em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente motivada pelos seguintes fatores: (i) desaceleração da produção industrial, (ii) retração do mercado de trabalho e consequente diminuição de renda, (iii) programa de incentivo ao uso consciente de energia e (iv) efeito do reajuste das tarifas sobre o consumo.
- Constituição de valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros (CVA), no montante de R\$ 264,8 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2016, uma vez que, no mesmo período do ano anterior, foi constituído o montante de R\$ 179,2 milhões de valores a receber de CVA. Esse saldo a devolver decorre, basicamente, do menor custo com energia a partir de junho/15, por meio de: (i) constituição da CVA pelo faturamento de Bandeiras Tarifárias, (ii) entrada de volume elevado de energia de cotas (CCGF), em média de R\$ 31,00/MWh, e (iii) desligamento das usinas térmicas, possibilitando redução de custos por outras fontes de energia.

Outra variação importante decorre da marcação a mercado do ativo financeiro indenizável que desde dezembro de 2015 passou a ser classificado na linha de Receita Operacional (especificamente Outras Receitas). No primeiro trimestre de 2016 a Elektro registrou uma receita de R\$ 28,2 milhões e, para fins de comparação, o resultado do primeiro trimestre de 2015 no montante de R\$ 7,3 milhões também foi reclassificado. A variação de R\$ 20,9 milhões entre os períodos deve-se principalmente ao efeito da consideração da nova Base de Remuneração Regulatória do 4º Ciclo homologada, em agosto de 2015.

As deduções às Receitas Operacionais do primeiro trimestre de 2016 evoluíram R\$ 174,0 milhões, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se, principalmente, aos reajustes no encargo de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cujo requerido aumento ocorreu para (i) recompor o Fundo CDE, utilizado entre 2013 e 2014, e (ii) incorporação dos valores necessários para a amortização dos empréstimos (Contratos de Financiamento da Operação ACR, fechados ao longo de 2014

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

e 2015), de forma que as distribuidoras pudessem repassar tais montantes à CCEE. Ressalta-se que esta variação está compensada nas linhas de Venda de Energia a Clientes Finais e Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, tendo efeito neutro no resultado.

Em 2016 houve um aumento de R\$ 11,6 milhões referente ao mecanismo de Bandeiras Tarifárias, antecipando o recebimento, em caixa, de variações em relação aos valores previstos em tarifa, que seriam apenas revertidos para a Elektro na medida em que fossem faturados, nos 12 meses subsequentes ao Reajuste Tarifário, a partir de agosto de 2016. Ressalta-se que, por se tratar de uma antecipação de Valores a Receber de Parcela A (CVA), seu efeito é neutro no resultado.

Com isso, a Receita Operacional Líquida reduziu 23,9%, passando de R\$ 1.502,0 milhão no primeiro trimestre de 2015 para R\$ 1.142,8 milhão no mesmo período de 2016.

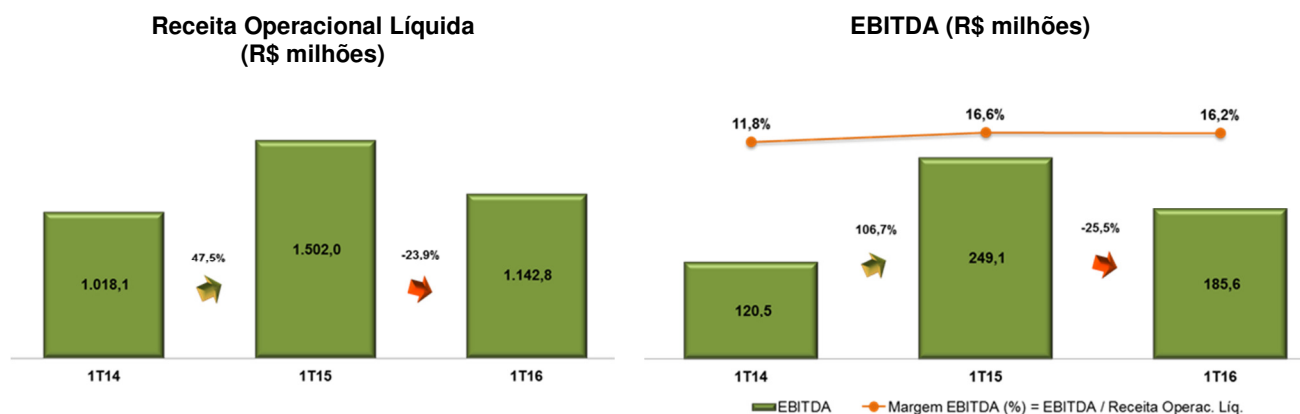
O Custo da Energia Comprada para Revenda do primeiro trimestre de 2016 (R\$ 693,1 milhões) registrou um decréscimo de 31,6% (R\$ 320,6 milhões) frente aos custos de janeiro a março de 2015 (R\$ 1.013,7 milhões), uma vez que verificou-se redução no volume de suprimento de energia, atrelado ao melhor *mix* de alocação de contratos de energia.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 226,5 milhões no primeiro trimestre de 2016 frente a R\$ 203,4 milhões no mesmo período de 2015. A variação de R\$ 23,1 milhões decorre, principalmente, do aumento das Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa, no montante de R\$ 15,6 milhões. Este incremento reflete uma conjuntura econômica adversa, que vem afetando o poder aquisitivo e a capacidade de pagamento dos clientes, cujos impactos tem sido suavizados pelas assertivas ações de cobrança conduzidas pela Companhia.

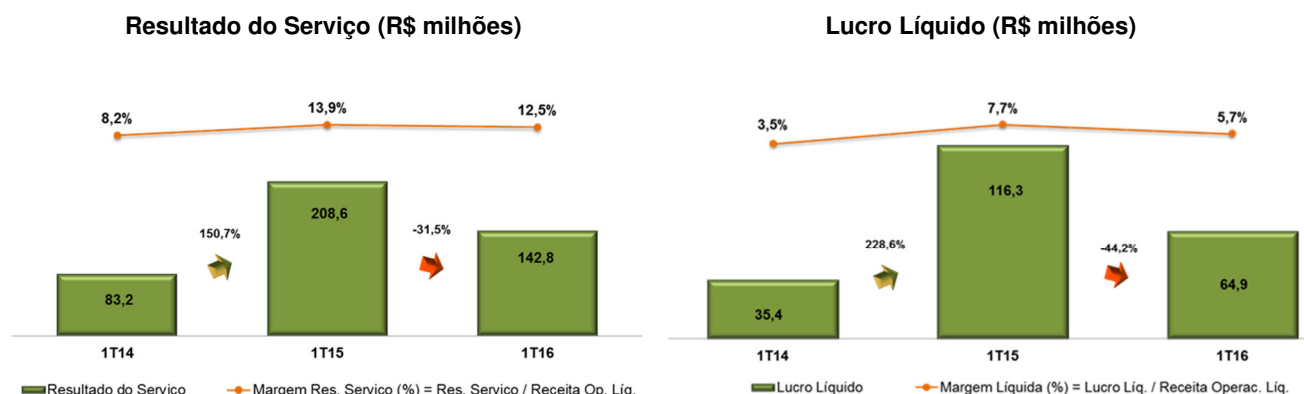
O EBITDA encerrou o período em R\$ 185,6 milhões, com redução de R\$ 63,5 milhões em relação ao EBITDA dos primeiros três meses de 2015 (R\$ 249,1 milhões). Esta redução deve-se aos efeitos descritos acima.

No período, a Elektro apresentou Despesa Financeira de R\$ 39,2 milhões, R\$ 11,7 milhões acima do mesmo período do ano anterior, basicamente pelas despesas com juros sobre empréstimos de terceiros após elevação dos indexadores sobre o endividamento da Companhia, suavizado pela maior receita de aplicações financeiras e encargos sobre conta de energia elétrica em atraso. Durante o ano, a Elektro continuou com sua gestão de caixa prudente, visando assegurar sua liquidez financeira, garantindo a estabilidade do negócio e mantendo o nível adequado de investimentos.

Considerando os fatores acima mencionados, a Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 64,9 milhões no primeiro trimestre de 2016, R\$ 51,4 milhões abaixo do resultado do mesmo período de 2015 (R\$ 116,3 milhões).



Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 28 de janeiro de 2016 foi pago aos acionistas o montante de R\$ 98,3 milhões (líquido de imposto de renda retido na fonte) de Juros sobre Capital Próprio do exercício social de 2015, previamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizado em 27 de outubro de 2015.

Em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2016 foi aprovado o lucro líquido de 2015 no montante de R\$ 371,2 milhões. Desta forma, e de acordo com proposta apresentada na Reunião do Conselho de Administração de 19 de fevereiro de 2016, também foi aprovado o pagamento de R\$ 72,6 milhões relativos a dividendos adicionais propostos e calculados com base no lucro líquido de 2015 e Resultado Abrangente do período. Os dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa até o encerramento do exercício, precedido de aviso aos acionistas publicado para essa finalidade.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

31/03/2016	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros, líquidos de instrumentos derivativos (Swap)				
Debêntures	262,2	841,8	1.104,0	39,9%
BNDES Finem / Finame	69,9	404,1	474,0	17,1%
Eletrobrás	13,4	47,4	60,8	2,2%
Finep	11,8	27,5	39,3	1,4%
BEI	59,9	407,5	467,4	16,9%
Moeda Estrangeira (4131)	280,1	714,5	994,6	35,9%
Resultado do Swap	(143,0)	(241,8)	(384,8)	-13,9%
Arrendamento mercantil	3,8	10,2	14,0	0,5%
Total da Dívida	558,3	2.211,1	2.769,4	100,0%
Perfil da Dívida	20%	80%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(868,8)	
Endividamento Líquido			1.900,6	

⁽¹⁾ Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou o primeiro trimestre de 2016 com endividamento líquido de R\$ 1.900,6 milhão (2,0% abaixo da posição encerrada em 31 de dezembro de 2015, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.939,2 milhão), resultado do endividamento total de R\$ 2.769,4 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 868,8 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 20% do endividamento total.

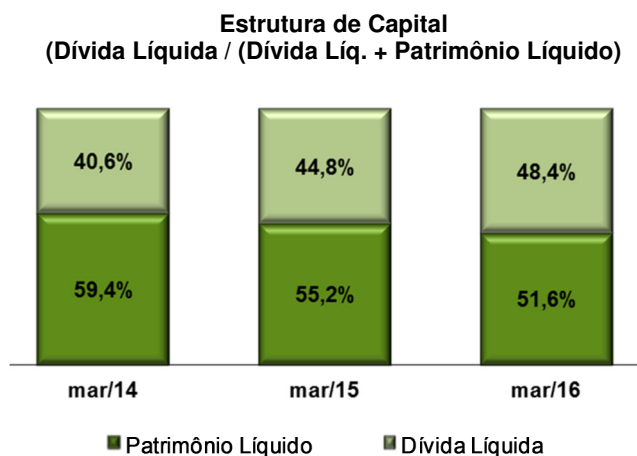
No primeiro trimestre de 2016 foi liberado o montante parcial de R\$ 20,0 milhões, referente ao novo contrato de financiamento junto ao BNDES, firmado em 17 de dezembro de 2015 na modalidade FINEM, no montante total de R\$ 258,2 milhões, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2015-2016 com prazo de financiamento de 8,5 anos e carência de 19 meses. Ao todo, foram liberados R\$ 130,0 milhões desde a assinatura do contrato.

Comentário do Desempenho

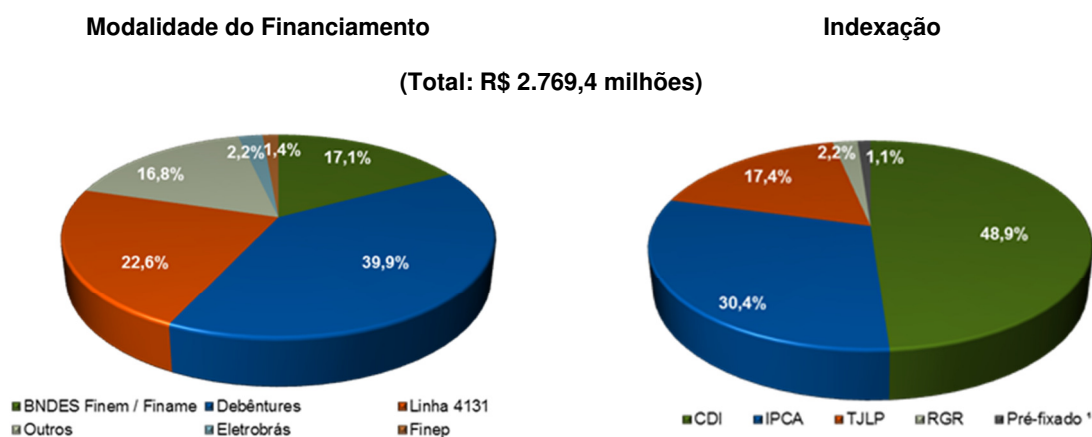
Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

Em março de 2016 houve a liberação dos recursos financeiros do contrato junto à Caixa Econômica Federal, agente financiador do Programa Luz para Todos da Eletrobras. Esta foi a primeira liberação, correspondente a 70% do valor do contrato, no valor de R\$ 6,1 milhões.

Em março de 2016, a Companhia apresentou alavancagem de 48,4%, mantendo uma composição adequada entre capital próprio e de terceiros com endividamento a taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.



Em 31 de março de 2016, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:



¹ Consideram recursos da FINEP sem indexação.

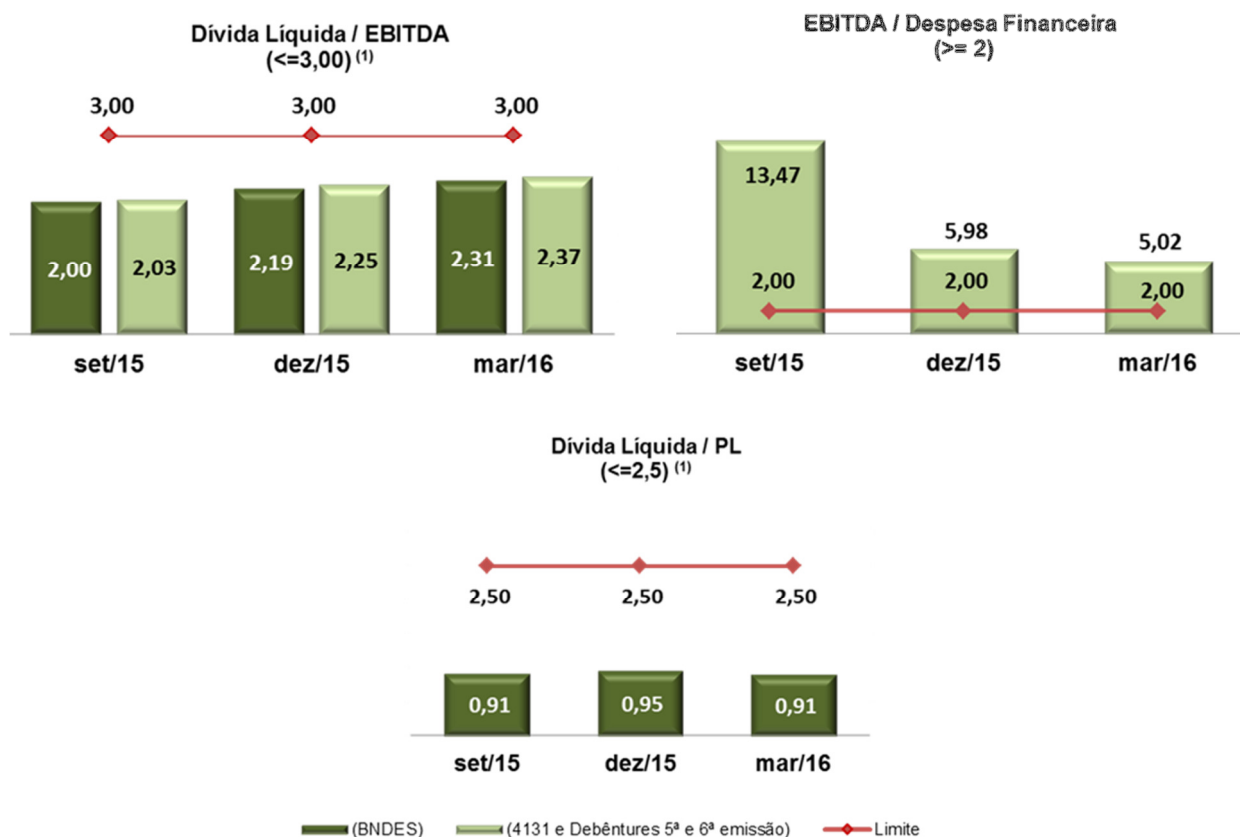
7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4131) com os bancos HSBC, Mizuho e Banco de Tokyo.

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:



⁽¹⁾ BND. Para este contrato, a definição de EBITDA contempla a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 9 de setembro de 2015, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) rebaixou o crédito soberano do Brasil, de 'brBBB-' para 'brBB+', que deixou de ser grau de investimento. E, em 17 de fevereiro de 2016, a S&P rebaixou pela segunda vez o crédito soberano do país para 'brBB'.

Como consequência direta, em 10 de setembro de 2015 e 17 de fevereiro de 2016, a S&P reavaliou o *rating* de crédito corporativo da Elektro de 'brAAA' para 'brAA+' e depois para 'brAA-'. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reavaliados para 'brAA-'.

Com esta nota, a Elektro continua apresentando o melhor *rating* possível que uma empresa regulada poderia ter na escala de crédito nacional.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

A Elektro mantém contrato de operação de *swap* vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013.

Adicionalmente, são mantidos R\$ 700,5 milhões em contratos de *swap* vinculados a financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4131). Deste total, R\$ 300,5 milhões referem-se a duas contratações

Comentário do Desempenho**Resultado do 1º trimestre de 2016**
20 de abril de 2016

realizadas em março de 2015 junto ao Banco de Tokyo e ao Mizuho, com início e vencimento nas mesmas datas dos contratos de financiamento.

O *swap* tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia e devidamente reconhecidos como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		Δ R\$ milhões
	1T 2016	1T 2015 Reapresentado	1T 2016 x 1T 2015
Lucro líquido do período	64,9	116,3	(51,4)
Depreciação e outras amortizações	42,7	40,5	2,2
Juros e variação monetária e cambial	94,2	78,7	15,5
Outros	64,4	63,7	0,7
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	201,3	182,9	18,4
Lucro Líquido Ajustado	266,3	299,2	(32,9)
Variação do Capital de Giro Operacional	(14,7)	(98,9)	84,2
Geração (Consumo) Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	251,6	200,3	51,3
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(80,4)	(76,4)	(4,0)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	2,4	0,8	1,6
Caução de fundos e depósitos vinculados	6,2	(4,6)	10,8
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Investimento	(71,9)	(80,2)	8,3
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(24,0)	(13,7)	(10,3)
Captação de empréstimos e debêntures	26,1	370,4	(344,3)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	2,2	356,7	(354,5)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(98,3)	-	(98,3)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	(96,1)	356,7	(452,8)
Geração (Consumo) Líquido de Caixa	83,6	476,8	(393,2)
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	785,1	578,6	206,5
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	868,8	1.055,4	(186,6)

A Geração de Caixa Operacional após impostos e juros somou R\$ 251,6 milhões nos primeiros três meses de 2016 (R\$ 51,3 milhões acima do resultado registrado até março de 2015), impactada positivamente pela redução da CDE de 2016 quando comparado com o montante reconhecido na tarifa, bem como redução do custo médio de energia em relação as tarifas homologadas no último reajuste tarifário.

A geração de caixa da Companhia também foi impactada pela menor geração de Caixa nas Atividades de Financiamento (R\$ 354,5 milhões abaixo da geração do primeiro trimestre de 2015), uma vez que nos três primeiros meses de 2015, a Elektro obteve (a) R\$ 300,5 milhões por meio de instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, em linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira, e (b) liberação de R\$ 50,0 milhões de financiamento junto ao BNDES.

Ainda, houve em janeiro de 2016 o pagamento de Juros sobre Capital Próprio do exercício social de 2015, no montante líquido de imposto de renda retido na fonte de R\$ 98,3 milhões. Durante o primeiro trimestre de 2015 não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

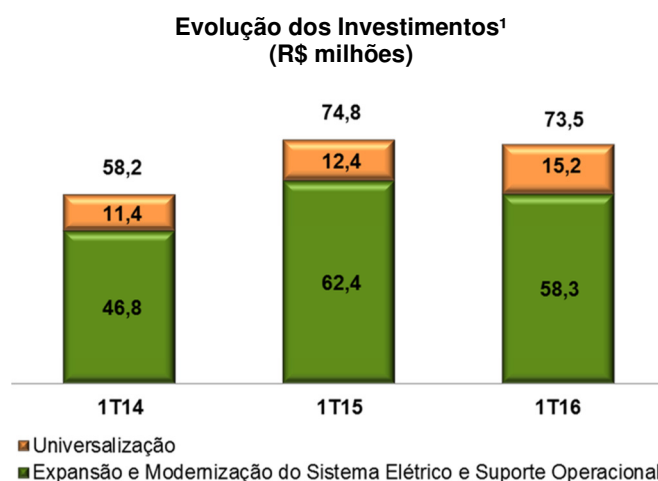
Neste sentido, o primeiro trimestre de 2016, registrou geração líquida de caixa de R\$ 83,6 milhões, R\$ 393,2 milhões menor que o caixa gerado no primeiro trimestre de 2015, no montante de R\$ 476,8 milhões, especialmente impactada por eventos pontuais ocorridos: (i) pagamento de Juros sobre Capital Próprio no primeiro trimestre de 2016 e (ii) captação de linha de financiamento no valor de R\$ 300,5 milhões via Lei nº 4.131 em março de 2015.

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro trimestre de 2016, a Elektro investiu R\$ 75,0 milhões, dos quais R\$ 1,5 milhão corresponde a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa uma variação de 3% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 77,4 milhões, dos quais R\$ 2,4 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes), mantendo-se em linha com os investimentos do primeiro trimestre de 2015. Ressaltamos que esta variação nos investimentos não altera o planejamento anual da Companhia voltado ao atendimento das necessidades de nossos clientes, bem como a manutenção da qualidade na distribuição de energia elétrica nos padrões elevados que são priorizados pela Elektro.



⁽¹⁾ Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os destaques do programa de investimentos do primeiro trimestre de 2016 foram:

- (i) R\$ 58,3 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 39,5 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
 - (b) R\$ 16,0 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
 - (c) R\$ 2,2 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota;
 - (d) R\$ 0,6 milhão em melhorias e atualizações tecnológicas.
- (ii) R\$ 15,2 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 13,9 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e
 - (b) R\$ 1,3 milhão referentes a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 135 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2016 estão em linha com os de 2015. O nível adequado de investimentos reflete a política da Elektro de garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como da geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

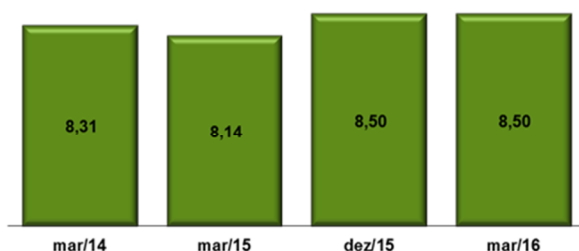
12.1. DEC e FEC

A Elektro tem forte compromisso com a eficiência e continua buscando a evolução em seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

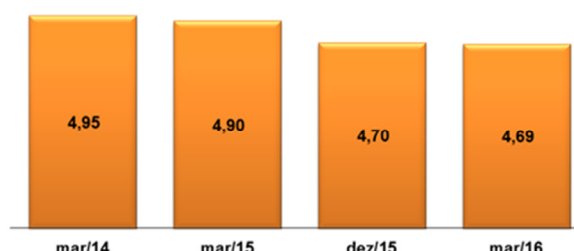
O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por consumidor) anualizado em março de 2016 está influenciado pela ocorrência de diversas tempestades com chuvas, ventos e descargas atmosféricas ocorridas no último trimestre de 2015. As atipicidades climáticas verificadas foram causadas pelo fenômeno atmosférico 'El niño' que afetou a América do Sul no final de 2015.

O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) anualizado em março de 2016, apresenta melhora em relação à toda a série histórica apresentada e é o melhor resultado da história da Elektro. Este indicador está relacionado diretamente à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, e pela política de investimentos em melhoria que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica. Em março de 2016 o DEC anualizado registrou 8,50 horas e o FEC 4,69 interrupções, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) (*)



FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) (*)

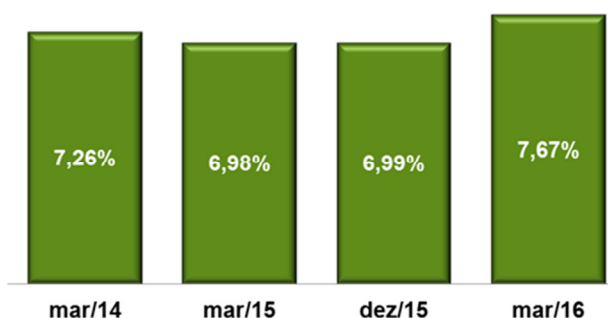


Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Casos considerados, os indicadores DEC e FEC de 31/03/2014 seriam 11,87 e 6,33, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2015 seriam 10,62 e 5,90, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2015 seriam 14,39 e 6,52, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 31/03/2016 seriam 13,85 e 6,19, respectivamente.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

12.2. Perda de Distribuição

Perdas de Distribuição (*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em março de 2016 as perdas de distribuição apresentaram elevação quando comparadas ao mesmo período de 2015, registrando índice de 7,67% em função, principalmente, da redução do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico de alta tensão (classe industrial), cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão (classes

Comentário do Desempenho

Resultado do 1º trimestre de 2016
20 de abril de 2016

residencial e comercial), atrelados a diferença de um dia no mês de fevereiro de 2016, devido ao ano bissexto.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 1,88% em março de 2016. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de março de 2016 seria de 9,55% e de março de 2015 seria 9,34%.


Notas:

- (i) A partir de dezembro de 2015, Companhia passou a publicar o Índice de Perdas apurado segundo metodologia utilizada pelo Agente Regulador (ANEEL), considerando a relação direta com os resultados operacionais, bem como a possibilidade de comparação com referenciais amplamente empregados no setor elétrico. A Administração entende que este método de cálculo é mais apropriado para demonstrar o desempenho do indicador de Perdas.
- (ii) Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de março de 2016 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados.
- (iii) O método de cálculo das perdas considera uma média móvel de 12 meses.

Mais informações sobre a Elektro

Relações com Investidores

ri.elektro.com.br

 (19) 2122-1487

 ri@elektro.com.br



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2016	31/12/2015 Reapresentado
Circulante		2.916.617	3.033.999
Caixa e equivalentes de caixa	5	868.773	785.146
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	6	1.149.051	1.138.256
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	7	559.797	625.146
Tributos a compensar	8	96.730	81.257
Instrumentos financeiros derivativos	13	142.969	134.494
Subsídios Tarifários	9	64.384	232.535
Outros créditos		34.913	37.165
Não circulante		4.113.609	4.368.364
Parcelamentos de débitos e supridores	6	13.909	15.862
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	7	168.108	323.059
Tributos a compensar	8	84.721	84.060
Instrumentos financeiros derivativos	13	241.789	373.808
Depósitos judiciais	10	117.067	111.260
Tributos diferidos	26	683.183	707.771
Outros créditos		42.289	48.631
Ativo indenizável (concessão)	11.1	966.649	907.123
Ativo intangível	11.2	1.783.376	1.783.296
Imobilizado		12.518	13.494
Total do ativo		7.030.226	7.402.363

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/03/2016	31/12/2015 Reapresentado
Circulante		1.997.162	2.347.901
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica	12	379.178	586.330
Empréstimos e financiamentos	13	439.002	422.288
Debêntures	14	262.248	259.061
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	7	416.886	271.483
Tributos a recolher	15	223.599	222.941
Encargos do consumidor	9	121.665	335.364
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	10	98.279
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	17	48.439	60.813
Obrigações P&D e eficiência energética	18	46.635	40.085
Outros passivos		59.500	51.257
Não circulante		3.005.203	3.092.017
Empréstimos e financiamentos	13	1.611.095	1.738.171
Debêntures	14	841.792	817.478
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	7	270.921	263.822
Obrigações P&D e eficiência energética	18	17.929	17.382
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	249.274	239.719
Outros passivos		14.192	15.445
Patrimônio líquido		2.027.861	1.962.445
Capital social	21	952.492	952.492
Reservas de capital		765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422
Dividendos adicionais propostos	16	72.649	72.649
Lucros acumulados		65.416	-
Total do passivo e patrimônio líquido		7.030.226	7.402.363

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Demonstração de resultados para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Acumulado 2016	Acumulado 2015 Reapresentado
Receitas operacionais líquidas	22	1.142.762	1.502.033
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(850.198)	(1.165.683)
Energia comprada para revenda	23	(693.068)	(1.013.702)
Custos operacionais	24	(114.408)	(111.502)
Depreciação		(977)	(1.044)
Amortização de ativo intangível	11.2	(41.745)	(39.435)
Custo de construção		(80.388)	(76.364)
Lucro operacional bruto		212.176	259.986
Despesas operacionais		(69.341)	(51.372)
Despesas com vendas	24	(5.986)	(5.084)
Despesas gerais e administrativas	24	(20.486)	(20.749)
Outras despesas operacionais líquidas	24	(42.869)	(25.539)
Resultado do serviço		142.835	208.614
Resultado financeiro líquido	25	(39.241)	(27.539)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		103.594	181.075
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	26	(38.646)	(64.743)
Lucro líquido do período		64.948	116.332
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		0,35030	0,62744
Ordinária		0,31846	0,57040

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Demonstração do resultado abrangente para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 (em milhares de reais)

	Notas	Acumulado 2016	Acumulado 2015
Lucro líquido do período		64.948	116.332
Outros resultados abrangentes do período		468	866
Efeito do limite do ativo de benefício definido	19.1	709	1.313
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	26	(241)	(447)
Resultado abrangente do período		65.416	117.198

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro/legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	952.492	765.882	171.422	330.463	-	-	2.220.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	371.179	-	371.179
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	1.605	1.605
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	-	1.605	(1.605)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(330.463)	-	-	(330.463)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(184.525)	-	(184.525)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(115.610)	-	(115.610)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	72.649	(72.649)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	952.492	765.882	171.422	72.649	-	-	1.962.445
Lucro líquido do período	-	-	-	-	64.948	-	64.948
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	468	468
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	-	468	(468)	-
Saldos em 31 de março de 2016	952.492	765.882	171.422	72.649	65.416	-	2.027.861

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	Notas	Acumulado 2016	Acumulado 2015 Reapresentado
Atividades operacionais			
Lucro líquido do período		64.948	116.332
Itens do lucro líquido que não afetam caixa		201.307	182.874
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	29.801	15.851
Juros e variações monetárias e cambiais		94.158	78.701
Depreciações e amortizações		42.722	40.480
Perda / (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		4.881	6.372
Plano de pensão	19.1	709	1.313
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	14.361	8.100
Tributos diferidos	26	24.347	24.908
Marcação a mercado - ativo financeiro	11.1	(28.197)	(7.323)
Programa de P&D e eficiência energética		15.092	13.084
Pagamentos baseados em ações		3.433	1.388
Variações no ativo e passivo operacional		(14.651)	(98.943)
Contas a receber		(38.643)	(215.712)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	7	220.300	46.691
Tributos a compensar	9	(16.134)	(9.765)
Outros créditos		164.657	(12.154)
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil)		(52.763)	(37.843)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor		(420.851)	211.288
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros		152.502	(104.532)
Tributos a recolher		21.907	79.729
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.249)	(26.716)
Pagamento de ações judiciais e regulatórias	20	(4.806)	(5.420)
Programa de P&D e eficiência energética		(9.755)	(10.059)
Outros passivos		(9.816)	(14.450)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		251.604	200.263
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(71.870)	(80.159)
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	11.1 e 11.2	(80.388)	(76.364)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado		2.353	790
Caução de fundos e depósitos vinculados		6.165	(4.585)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(96.107)	356.664
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	16	(98.269)	-
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)		(23.975)	(13.737)
Captação de empréstimos		26.137	370.401
Variação de caixa e equivalentes de caixa		83.627	476.768
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	785.146	578.648
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	868.773	1.055.416
Variação de caixa e equivalentes de caixa		83.627	476.768

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Demonstração do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	Notas	Acumulado 2016	Acumulado 2015
			Reapresentado
Receitas		2.086.477	2.270.417
Vendas de energia e serviços	22	2.292.803	2.026.474
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	22	(264.790)	179.224
Receita de construção	22	80.388	76.364
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida		(27.926)	(12.319)
Outras receitas		6.002	674
Insumos adquiridos de terceiros		(943.885)	(1.269.993)
Energia comprada bruta	23	(768.427)	(1.105.995)
Materiais	24	(8.925)	(10.587)
Serviço de terceiros	24	(37.488)	(35.927)
Custo de construção		(80.388)	(76.364)
Outros custos operacionais		(48.657)	(41.120)
Valor adicionado bruto		1.142.592	1.000.424
Depreciação e amortização		(42.722)	(40.479)
Valor adicionado líquido		1.099.870	959.945
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	25	58.564	113.475
Valor adicionado a distribuir		1.158.434	1.073.420
Distribuição do valor adicionado		1.158.434	1.073.420
Pessoal		67.063	63.210
Impostos, taxas e contribuições		586.595	497.999
Federais		189.717	161.638
Estaduais		396.761	336.271
Municipais		117	90
Encargos setoriais e outros		342.023	254.865
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		97.805	141.014
Lucros retidos		64.948	116.332

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A. **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **EM 31 DE MARÇO DE 2016** **(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”), com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A área de concessão da Companhia é constituída por 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul. A concessão do serviço público de energia se deu pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, com vencimento em 2028, podendo ser prorrogado por no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL.

As principais obrigações previstas no contrato de concessão consistem em fornecer energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 11.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros, para os quais a legislação e a regulação garantem a neutralidade tarifária) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração/depreciação regulatória, perdas e receitas irre recuperáveis). Os mecanismos de ajuste são: o reajuste tarifário anual e a revisão tarifária ordinária a cada quatro anos.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de abril de 2016, para divulgação na mesma data.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015. Essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para estas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, procedeu, conforme as orientações do



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros (vide nota 29).

- (b) Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, no montante de R\$ 7.324, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócios de distribuição de energia elétrica, uma vez que o retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura, que corresponde a um único ativo físico.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Vide nota 2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

- (c) Reclassificação dos gastos com telefonia, *software* e viagens no montante de R\$ 6.549 do grupo de “Outras Despesas Operacionais” para “Serviços de Terceiros” dentro de “Custos Operacionais”.

3. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

3.1 Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A revisão tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definitiva para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias possibilitou a elevação do WACC (líquido de impostos) de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%.

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Base de Remuneração Regulatória (BRR); Custo de Capital – WACC; Fator X; Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, a qual resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%.

3.2 Revisão Tarifária Extraordinária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, do preço realizado no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a Elektro solicitou ao regulador uma RTE, de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa. A RTE da Elektro foi aprovada em 2 de março de 2015, com índice médio de aumento de 24,25% para seus consumidores.

3.3 Decreto nº 8.221/14

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento na tarifa equivalente a R\$ 26.002 por mês, que será repassado à CCEE a partir de agosto de 2015 até fevereiro de 2020, sendo atualizado periodicamente. Para o período de setembro à dezembro de 2015 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 104.008 e ao longo do primeiro trimestre de 2016 R\$ 78.006.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

3.4 Conta de Desenvolvimento Energético

Conforme Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a CDE deve suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas Distribuidoras de Energia Elétrica a determinadas classes de clientes, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro de seus contratos de concessão. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras ocorre através de repasses operacionalizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Em julho de 2015, a Associação Brasileira Consumidores de Energia (ABRACE) questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Após a abertura da Audiência Pública nº 057/15, a diretoria da ANEEL em reunião realizada em 25 de setembro de 2015 fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, e as publicou por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967/15 cuja aplicação deveria ser retroativa a 3 de julho de 2015, a fim de dar cumprimento à ordem judicial.

Como esse impacto na arrecadação prevista para o encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes para a CDE de cada distribuidora, e para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE os montantes mensais que deixaram de ser faturados devido à liminar da ABRACE. No ano de 2016 a Companhia deduziu o montante de R\$ 6.792.

Adicionalmente, como a Elektro não vinha recebendo da Eletrobrás a integralidade dos repasses dos valores de subsídios, e em contrapartida vinha recolhendo normalmente sua cota mensal à CDE, em 6 de agosto de 2015, a Companhia ingressou em Juízo e obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos devidos à CDE os valores não repassados pela Eletrobrás e já vencidos, evitando um descasamento de caixa em 2016 no montante de R\$ 53.616 (R\$ 211.376 em dezembro de 2015). No primeiro trimestre de 2016, a Companhia obteve da Eletrobrás recibos de quitação do montante de R\$ 230.691, momento no qual efetuou a compensação contábil dos saldos.

3.5 Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Dessa forma, no primeiro trimestre de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha em janeiro no valor de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$30/MWh e em março a amarela no valor de R\$15/MWh.

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), cuja função é centralizar o recolhimento dos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias e apurar qual a diferença entre este total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição. De posse dessas informações, é feito um rateio para equalizar entre todos os agentes o efeito desta arrecadação. Em março de 2016, o montante registrado de Bandeiras Tarifárias pela Elektro é de R\$ 107.121 (R\$ 95.533 em março de 2015), sendo R\$ 109.686 (R\$ 86.608 em março de 2015) recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensados pelo pagamento à CCRBT no montante de R\$ 2.565 (R\$ 8.925 recebido da CCRBT em março de 2015).

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias, de maneira complementar a Revisão Tarifária Extraordinária, tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário, tendo a neutralidade assegurada no resultado da Companhia.

3.6 Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também pode contribuir para que as empresas apresentem um cenário de exposição, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através de sua associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

A Companhia tem até o encerramento do ano de 2016 para concluir e endereçar todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS GERAIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na nota 4 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos registrados nesta categoria, no montante de R\$ 868.773 em 31 de março de 2016 (R\$ 785.146 em 31 de dezembro 2015) referem-se a títulos de renda fixa (Certificado de Depósito Bancário - CDB e debêntures), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de março de 2016 a rentabilidade média estava em 101% do CDI (101% em 31 de dezembro de 2015). Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento sem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das três Agências de Classificação de Risco (*Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch Rating*) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

6. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/03/2016			31/12/2015				
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	316.849	268.073	106.359	691.281	364.305	255.770	87.726	707.801
Outras contas a receber	526.325	24.488	18.858	569.671	493.358	17.031	16.309	526.698
Receita não faturada	413.885	-	-	413.885	390.719	-	-	390.719
Parcelamentos de débitos	90.326	14.812	12.952	118.090	81.747	10.967	10.958	103.672
Supridores	19.004	-	-	19.004	19.004	-	-	19.004
Outros	3.110	9.676	5.906	18.692	1.888	6.064	5.351	13.303
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(21.316)	(20.902)	(55.774)	(97.992)	(14.333)	(16.012)	(50.036)	(80.381)
Total	821.858	271.659	69.443	1.162.960	843.330	256.789	53.999	1.154.118
Circulante	807.949	271.659	69.443	1.149.051	827.468	256.789	53.999	1.138.256
Não circulante	13.909	-	-	13.909	15.862	-	-	15.862

O saldo dos Supridores refere-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, sendo: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

A Companhia possui uma política para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia é aderente à curva de pagamento dos seus clientes a qual tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes dentro de cada faixa de vencimento do débito. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplemento de clientes considerados críticos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2015	Adições	Reversão da Provisão	Baixas de Incobráveis	31/03/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.381	30.410	(609)	(12.190)	97.992

O aumento das Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa reflete o efeito da elevação das tarifas, combinado a uma conjuntura econômica adversa, que vem afetando o poder aquisitivo e a capacidade de pagamento dos clientes, cujos impactos tem sido suavizados pelas assertivas ações de cobrança conduzidas pela Companhia.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

7. VALORES A RECEBER E A DEVOLVER DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/03/2016	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2015
CVA - Parcela A a receber		176.710	305.371	482.081	311.492	343.941	655.433
Aquisição de Energia	7.1	134.088	-	134.088	236.361	-	236.361
Custo da Energia de Itaipu	7.1	-	265.198	265.198	-	232.137	232.137
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		-	7.706	7.706	-	-	-
Transporte Rede Básica		9.795	14.267	24.062	17.266	10.331	27.597
Transporte de Energia - Itaipu		465	4.933	5.398	820	3.765	4.585
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.2	32.362	13.267	45.629	57.045	97.708	154.753
Outros Itens Financeiros a receber		46.869	198.955	245.824	82.895	209.877	292.772
Quota Parte de Energia Nuclear		2.675	-	2.675	4.731	-	4.731
Neutralidade da Parcela A	7.3	2.372	77.907	80.279	4.195	52.272	56.467
Sobrecontratação de Energia	7.4	41.561	121.048	162.609	73.507	157.605	231.112
CUSD/DIT		261	-	261	462	-	462
Total Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros		223.579	504.326	727.905	394.387	553.818	948.205
Ativo Circulante				559.797			625.146
Ativo Não Circulante				168.108			323.059

Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/03/2016	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2015
CVA - Parcela A a devolver		59.404	536.080	595.484	104.713	351.957	456.670
Aquisição de Energia	7.1	-	462.029	462.029	-	316.315	316.315
Progr. de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		938	-	938	1.654	-	1.654
Encargos de Serviços de Sistema - ESS e CONER	7.1	58.466	74.051	132.517	103.059	35.642	138.701
Outros Itens Financeiros a devolver		96	92.227	92.323	169	78.466	78.635
Energia Livre	7.5	-	12.920	12.920	-	12.537	12.537
TUSD-G	7.6	-	35.347	35.347	-	35.347	35.347
DIC/FIC		96	-	96	169	-	169
OBE - Receita Ultrap.Demanda e Exced. Reativo	7.7	-	43.960	43.960	-	30.582	30.582
Total Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros		59.500	628.307	687.807	104.882	430.423	535.305
Passivo Circulante				416.886			271.483
Passivo Não Circulante				270.921			263.822

A natureza dos saldos reconhecidos de valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros estão descritas a seguir:

7.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA

Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas Revisões e/ou Reajustes Tarifários. Estes valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.944, de 25 de agosto de 2015, a ANEEL definiu os valores de CVA correspondentes ao período de 27 de agosto de 2014 a 26 de agosto de 2015. Tais montantes já estão líquidos dos recebimentos ocorridos e estão representados no quadro acima na coluna “valores em amortização”, sendo seu saldo em 31 de março de 2016: (i) R\$ 134.088 (R\$ 236.361 em 2015) referente à CVA de aquisição de energia já deduzido dos montantes de bandeira tarifária referente aos meses de janeiro a maio de 2015; e (ii) R\$ 58.466 (R\$ 103.059 em 2015) registrados como CVA de ESS e CONER passiva referente à devolução dos valores recebidos via CONER para abater o saldo a pagar das distribuidoras no mercado de curto prazo do período de junho a dezembro de 2014 e dos valores recebidos via bandeira tarifária para cobertura desse item também deduzidos dos pagamentos ocorridos.

Os saldos em constituição referem-se à apuração do saldo de CVA para repasse no próximo processo tarifário de acordo com legislação e regras vigentes. Em 31 de março de 2016, a Companhia possui os seguintes montantes registrados: (i) R\$ 265.198 (R\$ 232.137 em 2015) referente ao custo de energia de Itaipu decorrente da alta do dólar em 2015; (ii) R\$ 462.029 (R\$ 316.315 em 2015) decorrente da redução no custo de energia devido ao acréscimo de contratos de cotas no período e dos valores recebidos de bandeiras tarifárias do período de junho de 2015 a março de 2016; e (iii) R\$ 74.051 (R\$ 35.642 em 2015) a devolver devido aos valores recebidos via CONER.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

7.2. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Em janeiro de 2016, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.018/16, reduziu o valor do encargo CDE USO, parcela esta do encargo cobrado de clientes livres e cativos incidente na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, de R\$ 73.472 para R\$ 47.371, incorrendo em uma cobertura tarifária maior que o valor a ser pago. Dessa forma, em 31 de março de 2016, a Companhia possui um saldo a receber de CDE no montante de R\$ 13.267 (R\$ 97.708 em 2015).

7.3. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A

Em conformidade ao disposto na Subcláusula Décima da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, a neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior. O total remanescente das diferenças a receber dos consumidores homologado pela Resolução Homologatória nº 1.944, representa um saldo de R\$ 2.372 (R\$ 4.195 em 2015).

Em julho de 2015, a ABRACE ajuizou uma ação questionando determinados componentes da CDE e obteve uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados, tendo sido fixada pela ANEEL uma nova tarifa para esses clientes. A diferença no faturamento referente à isenção parcial foi compensada através da constituição de neutralidade (vide nota 3.3).

Em 31 de março de 2016, o ativo em constituição é de R\$ 77.907 (R\$ 52.272 em 2015) decorrente da queda de mercado e deverá ser considerado no próximo processo tarifário.

7.4. Sobrecontratação de Energia

Em 31 de março de 2016, o montante a receber em amortização de sobrecontratação de energia, (vide nota 3.6), é de R\$ 41.561 (R\$ 73.507 em 2015). O saldo em constituição de R\$ 121.048 (R\$ 157.605 em 2015), refere-se aos custos adicionais com exposição involuntária no mercado de curto prazo e diferenças de preços entre submercados parcialmente compensados pelo recebimento de bandeiras tarifárias e liquidação das sobras de energia para os períodos de 2015 e 2016. Diferentemente dos itens de CVA, que considera os custos incorridos no período tarifário, este componente financeiro é calculado com base na exposição ao mercado de curto prazo do ano civil anterior à data do Reajuste Tarifário.

7.5. RTE – Energia Livre

Devido a uma liminar proferida em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal na região da jurisdição federal de Presidente Prudente, que afetou algumas cidades da área de concessão da Elektro e que impedia o faturamento dos adicionais tarifários relacionados à Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) ocorrida após o Programa de Racionamento de 2001/02 naquelas localidades, o período de cobrança foi postergado, tendo início apenas após a recuperação integral das perdas de racionamento pela Elektro. O montante atualizado deste passivo é de R\$ 12.920 (R\$ 12.537 em 2015), e deverá ser homologado nos próximos processos tarifários.

7.6. Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras - TUSD-G

A ANEEL, através de resoluções específicas, determinou a cobrança da TUSD-G das geradoras, para remunerar as instalações, os equipamentos e os componentes da rede de distribuição utilizados para levar a energia aos consumidores conectados à área de concessão da Elektro. A Duke Energy, geradora proprietária da usina de Rosana, localizada na área de concessão da Elektro, não concordou com os valores calculados pela ANEEL, e por decisão judicial, foi autorizada a realizar o depósito em juízo dos valores cobrados. Dessa forma, em 31 de março de 2016, a Elektro mantém um contas a receber registrado na rubrica de outros créditos e um saldo a devolver aos consumidores via modicidade tarifária, a partir de quando essa ação judicial se encerrar, no montante de R\$ 35.347.

7.7. OBE – Receita Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo

Refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento pela Elektro aos seus clientes finais de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo que até o 3º Ciclo foi contabilizado como redutor do ativo intangível e financeiro. A partir do 4º Ciclo, esses montantes constituirão um fundo que será amortizado ao longo do Ciclo seguinte. Em



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

31 de março de 2016, a empresa possui um saldo de R\$ 43.960 (R\$ 30.582 em dezembro de 2015) que compreende ao período de março de 2015 a março de 2016, atualizados pela Selic.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar	138.911	120.254
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	36.142	42.011
PIS e COFINS a recuperar	6.398	3.052
Total	181.451	165.317
Ativo circulante	96.730	81.257
Ativo não circulante	84.721	84.060

O saldo de ICMS a recuperar refere-se a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre em no máximo 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

9. SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS E ENCARGOS DO CONSUMIDOR

Em 2015, além do repasse da bandeira tarifária à CCRBT, ocorreu um aumento no valor das cotas do encargo CDE pago pela Companhia para recomposição da conta utilizada nos anos de 2013 e 2014, para neutralizar os impactos do alto custo de energia do mesmo período às distribuidoras. Tal aumento foi objeto de RTE ocorrida em março de 2015 (vide nota 3.2).

Como a Elektro não vinha recebendo da Eletrobrás a integridade dos repasses dos valores de subsídios, e em contrapartida vinha recolhendo normalmente sua cota mensal à CDE em 6 de agosto de 2015, a Companhia ingressou em juízo e obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos devidos a CDE os valores não repassados pela Eletrobrás, e já vencidos (vide nota 3.4). Em 2016, a Elektro obteve junto à Eletrobrás um recibo de quitação relacionado a esta liminar, que possibilitou a compensação do montante total de R\$ 230.691. Assim, em 31 de março de 2016, a Companhia mantém registrado no ativo os valores a receber de R\$ 64.384 (R\$ 232.535 em 31 de dezembro de 2015) e no passivo o montante total de R\$ 121.665 (R\$ 335.364 em 2014).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2016	31/12/2015
Incidência da COFINS sobre o faturamento	37.189	36.660
Legado "EPC" - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ⁽ⁱ⁾	33.072	32.390
Outros processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária	46.806	42.210
	117.067	111.260

(i) Refere-se ao processo descrito na nota 21.

O montante de R\$ 37.189 em 31 de março de 2016 (R\$ 36.660 em 2015) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial efetuado em 29 de outubro de 2004 nos autos da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

11. CONTRATO DE CONCESSÃO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a infraestrutura construída é bifurcada em (i) ativo financeiro indenizável, composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, e (ii) ativo intangível



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, conseqüentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão.

Os encargos financeiros de dívida relacionados com a formação da infraestrutura são capitalizados como parte do custo correspondente. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos sobre os gastos dos ativos qualificáveis em construção limitado ao cálculo regulatório que leva em consideração os prazos médios de construção e expansão do sistema elétrico. O valor desses encargos capitalizados foi de R\$ 1.575 em 31 de março de 2016 (R\$ 2.242 em 31 de março de 2015). Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que ocorrerem.

11.1. Ativo Indenizável (Concessão)

A Administração entende que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão é utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da conseqüente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR estimado ao final do prazo contratual da concessão.

Em 31 de março de 2016, o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR homologada no 4º Ciclo de Revisão Tarifária definida por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.944 e Nota Técnica nº 219/2015 – SGT/ANEEL de 25 de agosto de 2015, devidamente movimentado por adições, atualizações e baixa.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado operacional do exercício. Para mensuração do valor de mercado, considera-se como nível hierárquico 2.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro apurado a partir da BRR homologada no 4º ciclo é atualizado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA - IBGE, conforme estabelecido pela ANEEL por meio do Proret – Procedimento de Regulação Tarifária, divulgado em 23 de novembro de 2015. O ativo financeiro indenizável decorrente dos investimentos incrementais ocorridos de março a dezembro de 2015 foi atualizado mensalmente por 81,6% da variação do IGP-M. Este percentual foi calculado com base no histórico do último reajuste da base de remuneração o qual a Companhia entende ser a melhor estimativa para reproduzir a metodologia que define o VNR dos investimentos. Esta metodologia será revisada anualmente.

Em 31 de março de 2016, o valor correspondente à atualização deste ativo financeiro foi registrado no resultado operacional do exercício no montante de 28.197 (7.324 em 2015), vide nota 2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão pela taxa média de depreciação dos ativos de máquinas e equipamentos é classificada como redutora do ativo intangível.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	Custo	Obrigações especiais	Valor justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	727.444	(69.321)	42.119	700.242
Transferências de ativo intangível	226.175	(68.197)	-	157.978
Adições	-	(7.373)	-	(7.373)
Ajustes ao valor justo	-	-	74.862	74.862
Baixas	(17.728)	-	(858)	(18.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	935.891	(144.891)	116.123	907.123
Transferências de ativo intangível	34.234	-	-	34.234
Adições	-	63	-	63
Ajustes ao valor justo	-	-	28.651	28.651
Baixas	(2.968)	-	(454)	(3.422)
Saldo em 31 de março de 2016	967.157	(144.828)	144.320	966.649

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório no valor de 8,09% a.a. (12,26% antes dos impostos), já incluído na tarifa da Companhia a partir de 27 de agosto de 2015, o qual substitui o anterior de 7,50% a.a. utilizado no 3º Ciclo de Revisão Tarifária. Como esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 22) e arrecadada pela Companhia, considera-se que o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

11.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total	
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.348.416	(317.550)	(603.793)	1.427.073	454.749	(154.675)	300.074	1.727.147
Adições	-	(8.170)	-	(8.170)	415.651	(31.735)	383.916	375.746
Baixas	(25.308)	-	21.789	(3.519)	-	-	-	(3.519)
Amortização	-	-	(158.100)	(158.100)	-	-	-	(158.100)
Transferências	286.248	(72.552)	-	213.696	(512.424)	140.750	(371.674)	(157.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.609.356	(398.272)	(740.104)	1.470.980	357.976	(45.660)	312.316	1.783.296
Adições	-	59	-	59	81.814	(1.548)	80.266	80.325
Baixas	(6.748)	-	2.482	(4.266)	-	-	-	(4.266)
Amortização	-	-	(41.745)	(41.745)	-	-	-	(41.745)
Transferências	66.408	-	-	66.408	(100.642)	-	(100.642)	(34.234)
Saldo em 31 de março de 2016	2.669.016	(398.213)	(779.367)	1.491.436	339.148	(47.208)	291.940	1.783.376

12. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Moeda nacional	323.802	483.820
Supridores de energia elétrica	277.112	401.253
Fornecedores de materiais e serviços	46.690	82.567
Moeda estrangeira	55.376	102.510
Supridores de energia elétrica - Itaipu	55.376	102.510
Total	379.178	586.330



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresenta uma diminuição no saldo de fornecedores de energia devido a redução de aproximadamente 32% na tarifa de compra de energia de Itaipu, além do efeito de variação cambial, visto que seu faturamento ocorre em dólar.

13. EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Empréstimos e Financiamentos	31/03/2016	31/12/2015 Reapresentado	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
Moeda Nacional	588.038	581.858			
BNDES	473.973	466.796			
Finame SE 2011	3.449	3.616	5,5% a.a.	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de
Finem CAPEX 2011/2012	91.194	97.903	de TJLP a TJLP + 3,03% a.a.	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	Cessão Fiduciária
Finem CAPEX 2013/2014	247.073	256.318	de TJLP a TJLP + 3,08% a.a.	Início 15/01/2016 até 15/12/2023	de Direitos
Finem CAPEX 2015/2016	133.250	110.000	de TJLP a TJLP + 2,36% a.a.	Início 15/07/2017 até 15/06/2024	Creditórios
Custos com emissão - BNDES	(993)	(1.041)			
Eletrobrás - Luz para Todos ⁽¹⁾	54.658	58.144	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	
Caixa Econômica Federal - Luz para Todos	6.138	-	TJLP + 0,94% a.a	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	12.239	13.987	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2021	Carta de Fiança
Finep - 3º Ciclo	4.455	4.751	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Finep - 4º Ciclo	14.789	15.529	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Finep - 5º Ciclo	7.830	7.802	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 ⁽³⁾	
Arrendamento mercantil	13.956	14.849			
Moeda Estrangeira	1.462.059	1.578.601			
BEI	467.651	509.419	US\$ + 3,4020% a.a.	31/10/2025	Carta de Fiança
4131 Bank Of Tokyo 2014	163.559	176.186	Libor 3mL + 0,8457% ⁽⁴⁾	20/06/2018	
4131 Citibank	237.990	258.543	Libor 3mL + 0,7782% ⁽⁴⁾	09/01/2018	
4131 HSBC	247.213	263.187	Libor 3mL + 0,8500% ⁽⁴⁾	15/06/2016	N/A
4131 Mizuho	217.502	235.228	Libor 3mL + 1,00% ⁽⁴⁾	16/03/2018	
4131 Bank Of Tokyo 2015	129.008	136.998	Libor 3mL + 0,6900% ⁽⁴⁾	16/03/2018	
Custos com emissão - Moeda Estrangeira	(864)	(960)			
Total	2.050.097	2.160.459			
Circulante	439.002	422.288			
Não circulante	1.611.095	1.738.171			
Instrumentos Financeiros Derivativos					
Swap Empréstimo BEI	(85.957)	(222.272)	CDI - 0,30% a.a.	31/10/2025	
Swap Créd. Bancário via Lei nº 4.131 Bank of Tokyo 2014	(15.674)	(33.591)	100,5% do CDI a.a.	20/06/2018	
Swap Créd. Bancário via Lei nº 4.131 Citibank	(49.771)	(69.915)	103,0% do CDI a.a.	09/01/2018	
Swap Créd. Bancário via Lei nº 4.131 HSBC	(182.625)	(112.267)	104,9% do CDI a.a.	15/06/2016	
Swap Créd. Bancário via Lei nº 4.131 Mizuho	(29.470)	(46.818)	93,16% do CDI a.a.	16/03/2018	
Swap Créd. Bancário via Lei nº 4.131 Bank of Tokyo 2015	(21.261)	(23.439)	94,0% do CDI a.a.	16/03/2018	
Total	(384.758)	(508.302)			
Circulante	(142.969)	(134.494)			
Não circulante	(241.789)	(373.808)			
Endividamento Financeiro Líquido Total	1.665.339	1.652.157			

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a dez contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

⁽⁴⁾ Taxa Libor de 3 meses.

Em 31 de março de 2016, o endividamento financeiro líquido era de R\$ 1.665.339 (R\$ 1.652.157 em 31 de dezembro de 2015), sendo: (i) R\$ 296.033 registrado no curto prazo dos quais R\$ 229.438 possuem vencimento até dezembro de 2016 e R\$ 66.595 no primeiro trimestre de 2017; (ii) 1.369.306 registrado no longo prazo, com vencimentos que ocorrerão da seguinte forma: R\$ 105.219 no período de abril a dezembro de 2017, R\$ 352.905 em 2018, R\$ 515.035 em 2019, R\$ 90.660 em 2020 e R\$ 305.486 após 2020.

No primeiro trimestre de 2016 foi liberado o montante parcial de R\$ 20.000, referente ao novo contrato de financiamento junto ao BNDES, firmado em 17 de dezembro de 2015 na modalidade FINEM, no montante total de R\$ 258.232, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2015-2016 com prazo de financiamento de 8,5 anos e carência de 19 meses. O montante total liberado desde a assinatura do contrato foi de R\$ 130.000.

Em março de 2016 houve a liberação dos recursos financeiros do contrato junto à Caixa Econômica Federal, agente financiador do Programa Luz para Todos da Eletrobrás. Esta foi a primeira liberação, correspondente a 70% do valor do contrato, no valor de R\$ 6.138.

Para a exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira a Companhia possui instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial: *Swap* de moeda, sem nenhum componente de alavancagem (vide nota 29 – Instrumentos Financeiros).

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*):

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

contratos de financiamentos firmados com o BNDES e nos financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131) com os bancos HSBC, Mizuho e Banco de Tokyo.

Em 31 de março de 2016, a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelos contratos de financiamento e não possui itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

14. DEBÊNTURES

	31/03/2016	31/12/2015	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
5ª Emissão	301.846	290.946				
1ª Série	40.727	42.175	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	261.300	248.988	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(181)	(217)				
6ª Emissão	802.194	785.593				
1ª Série	221.467	229.333	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	135.007	129.428	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	446.439	427.598	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(719)	(766)				
Total	1.104.040	1.076.539				
Circulante	262.248	259.061				
Não circulante	841.792	817.478				

Em 31 de março de 2016, o saldo total de custos de emissão a apropriar é de R\$ 900 (R\$ 983 em 2015), sendo R\$ 276 no curto prazo (R\$ 107 referente à 5ª emissão e R\$ 169 referente à 6ª emissão) e R\$ 624 no longo prazo (R\$ 74 referente à 5ª emissão e R\$ 550 referente à 6ª emissão).

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui o montante de R\$ 1.104.040 (R\$ 1.076.539 em 31 de dezembro de 2015) referente à 5ª e 6ª emissão de debêntures, sendo R\$ 262.248 registrados no curto prazo com vencimento do montante de R\$ 240.632 até dezembro de 2016 e R\$ 21.616 no primeiro trimestre de 2017, e R\$ 841.792 registrados no longo prazo com vencimentos que ocorrerão da seguinte forma: R\$ 110.536 no período de abril a dezembro de 2017, R\$ 110.595 em 2018, R\$ 121.349 em 2019, R\$ 65.616 em 2020 e R\$ 433.696 após 2020.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
Debêntures 5ª Emissão				
1ª Série	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Debêntures 6ª Emissão				
1ª Série	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

Em 31 de março de 2016 a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelas respectivas escrituras de emissão.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures está disponível no *website* da Elektro: www.elektro.com.br.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

15. TRIBUTOS A RECOLHER

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, a qual está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

O PIS e a COFINS estão computados à alíquota nominal de 9,25% calculados sob a receita operacional deduzidos os créditos pertinentes e 4,65% sob as receitas financeiras, ambas reconhecidas pelo regime de competência.

	31/03/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	179.876	172.903
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	35.108	39.406
Programa de integração social - PIS	7.558	8.511
Outros Impostos	1.057	2.121
Total	223.599	222.941

O ICMS é computado sobre o consumo de energia elétrica de cada unidade consumidora e a alíquota nominal varia entre 12%, 18% e 25% a depender da classe de consumo prevista na legislação.

16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui o montante de R\$ 72.649 referente a dividendos adicionais propostos, calculados com base no lucro líquido de 2015 e Resultado Abrangente do período, aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2016 e de acordo com a proposta apresentada em Reunião do Conselho de Administração de 19 de fevereiro de 2016, que serão pagos conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2016, precedido de aviso aos acionistas publicado para essa finalidade.

Adicionalmente, em março de 2016 a Companhia possui o montante de R\$ 10 referente a dividendos a pagar para acionistas minoritários que ainda não apresentaram seus dados cadastrais atualizados.

17. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/03/2016	31/12/2015
Férias e 13º salário a pagar	18.585	21.179
INSS empregador	12.442	10.732
Participação nos lucros e resultados	5.492	21.365
FGTS	3.147	3.658
Retenções do empregado	7.863	3.508
Outros	910	371
Total	48.439	60.813

18. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	31/03/2016	31/12/2015
Programa de Eficiência Energética	0,50%	37.606	34.411
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	25.878	21.929
FNDCT	0,20%	720	748
MME	0,10%	360	379
Total		64.564	57.467
Circulante		46.635	40.085
Não circulante		17.929	17.382

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

19.1. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes características:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários, foi adotado o método do crédito unitário projetado. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta *superávit* atuarial de R\$ 271.165 em 31 de dezembro de 2015. Para o reconhecimento contábil do *superávit* atuarial é necessário que este seja superior a 25% das reservas matemáticas do plano, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro em função da volatilidade de suas obrigações. Somente a partir deste limite, o *superávit* poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 3% em 31 de dezembro de 2015, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum *superávit* atuarial.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano	1.141.219	1.100.106
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	870.054	894.232
<i>Superávit</i> para planos cobertos	271.165	205.874
Limite de Ativo de Benefício Definido	(271.165)	(205.874)
Ativo atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado do custo estimado ao Benefício Definido nos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 31 de março de 2015 são os seguintes:

Componentes da despesa do plano	31/03/2016	31/03/2015
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	709	1.313
Despesa reconhecida	709	1.313



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

A Companhia efetuou contribuições aos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida mantidos junto à Fundação CESP em 31 de março de 2016 de R\$ 882 (R\$ 844 em 31 de março de 2015).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob a denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia em 31 de março de 2016 foram de R\$ 133 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2015), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

Provisão para ações judiciais e regulatórias

As provisões apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2015	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/03/2016
Cíveis e ambientais	141.809	5.034	4.209	(1.766)	(3.278)	146.008
Trabalhistas	35.351	2.954	1.903	(621)	(1.307)	38.280
Tributárias	32.529	-	940	(10)	-	33.459
Desapropriações e servidões	9.305	-	583	-	(39)	9.849
Regulatórias	20.725	1.027	108	-	(182)	21.678
Total das provisões	239.719	9.015	7.743	(2.397)	(4.806)	249.274

As provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias, envolvendo discussões relativas às exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

A Elektro mantém provisão no montante de R\$ 110.707 em 31 de março de 2016 (R\$ 106.963 em 31 de dezembro de 2015) para suportar ações de cobrança movidas por concessionárias de rodovias estaduais. A Companhia é impedida de atuar livremente para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias, razão pela qual ajuizou duas ações contra Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais. Decisões desfavoráveis foram julgadas em diferentes instâncias, motivo pelo qual os assessores jurídicos da Companhia não alteraram o prognóstico de perda da causa.

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ("EPC") - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 2ª instância que lhe foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de março de 2016 é de R\$ 34.578 (R\$ 33.773 em 31 de dezembro de 2015).

Outras provisões tributárias envolvem discussões relativas à exigência de tributos federais, estaduais e municipais.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Contingências passivas com avaliação de risco possível

Segue demonstrativo dos processos cujo risco de perda é possível e, portanto, não possuem provisões registradas em 31 de março de 2016:

Contingências com Risco Possível		
	31/03/2016	31/12/2015
Tributárias ⁽ⁱ⁾	511.670	504.265
Previdenciárias ⁽ⁱⁱ⁾	90.225	89.105
Cíveis e ambientais	31.263	35.040
Trabalhistas	17.702	17.302
Desapropriação e servidão de passagem	7.187	6.790
	<u>658.047</u>	<u>652.502</u>

- (i) Destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido suposto transporte indevido de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o Livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela do imposto de renda no FINAM; retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP; compensação de saldo negativo de IRPJ; ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo.
- (ii) Refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados.

Adicionalmente, em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro interpôs recurso ao STF sobre a questão e, considerando que o Supremo Tribunal reconhece a repercussão geral da matéria, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso e pelos razoáveis argumentos para reversão da decisão, o atual prognóstico de perda do caso permanece possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>	<u>100,00%</u>

22. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração e atualização do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

A Companhia contabiliza as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, nas concessões de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

	31/03/2016			31/03/2015		
	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.515.946	3.080.062	2.108.401	2.456.424	3.341.356	2.282.062
Fornecimento para consumidores	2.515.946	3.080.062	1.397.709	2.456.424	3.341.356	1.368.616
Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(264.790)	-	-	179.224
Outras receitas	-	-	975.482	-	-	734.222
CCEE	-	-	23.651	-	-	3.411
Receita de uso do sistema de distribuição	-	-	739.446	-	-	546.847
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	-	29.005	-	-	22.414
Receita de construção	-	-	80.388	-	-	76.364
Atualização do ativo financeiro	-	-	28.197	-	-	7.324
Outras receitas	-	-	74.795	-	-	77.862
Deduções às receitas operacionais	-	-	(965.639)	-	-	(780.029)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(234.902)	-	-	(159.332)
Bandeira Tarifária	-	-	(107.121)	-	-	(95.533)
ICMS sobre fornecimento	-	-	(396.761)	-	-	(336.271)
COFINS	-	-	(171.953)	-	-	(182.809)
PIS	-	-	(37.331)	-	-	(39.708)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	(15.121)	-	-	(13.085)
Outros	-	-	(2.450)	-	-	46.709
Total	2.515.946	3.080.062	1.142.762	2.456.424	3.341.356	1.502.033

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

23. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/03/2016		31/03/2015	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	3.626.068	619.587	3.829.224	974.476
Itaipu Binacional (**)	750.045	163.304	746.418	182.572
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.776.664	342.525	2.383.835	615.786
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	1.023.303	74.307	263.131	26.827
Geração Distribuída	5.910	1.424	-	-
PROINFA	70.146	32.967	74.631	25.470
Uso do transporte de energia	-	5.060	-	4.963
Mercado SPOT	-	-	361.209	118.858
Outros custos de energia	-	148.840	-	131.519
ONS - Uso da rede básica	-	74.478	-	77.253
CTEEP- Encargos de conexão	-	8.582	-	6.896
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	37.569	-	42.483
Risco hidrológico	-	28.211	-	4.887
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(75.359)	-	(92.293)
Total	3.626.068	693.068	3.829.224	1.013.702

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2016	31/03/2015 Reapresentado
Gastos com pessoal	77.906	73.285
Gastos com serviços de terceiros	37.488	35.927
Gastos com materiais	8.925	10.587
Outras despesas operacionais líquidas	59.430	43.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	27.926	12.319
Despesas com arrecadação bancária	3.897	4.395
Provisões para ações judiciais e regulatórias	6.609	3.743
Aluguéis e seguros	3.258	3.500
Perda na desativação e alienação de bens líquida	4.881	6.372
Taxas e contribuições	4.668	4.996
Outras	8.191	7.750
	<u>183.749</u>	<u>162.874</u>
Custo da operação	114.408	111.502
Despesas gerais e administrativas	20.486	20.749
Outras despesas operacionais	42.869	25.539
Despesas com vendas	5.986	5.084
	<u>183.749</u>	<u>162.874</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2016	31/03/2015 Reapresentado
Receitas	58.564	65.425
Aplicações financeiras	23.621	20.334
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	25.820	15.926
Atualização monetária e cambial de CVA líquidas	9.272	28.642
Outras receitas financeiras	3.667	523
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(3.816)	-
Despesas financeiras	(97.805)	(92.964)
Juros sobre debêntures	(21.675)	(20.635)
Atualizações monetárias e cambiais líquidas	(20.532)	(41.874)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(42.773)	(22.438)
Outras despesas financeiras	(12.825)	(8.017)
Total	<u>(39.241)</u>	<u>(27.539)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia, a partir de janeiro de 2015, está sujeita as implicações introduzidas pela Lei nº 12.973/14 que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT). As alterações trazidas pela referida legislação não acarretaram impactos nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2016.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/03/2016		31/03/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	103.594	103.594	181.075	181.075
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(25.893)	(9.323)	(45.263)	(16.297)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(2.788)	(940)	(2.936)	(967)
Incentivos fiscais e outros	298	-	720	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(28.383)	(10.263)	(47.479)	(17.264)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.481)	(3.819)	(29.164)	(10.670)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.902)	(6.444)	(18.315)	(6.594)
Total	(28.383)	(10.263)	(47.479)	(17.264)

Tributos diferidos

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	86.438	97.870	(11.432)	(11.340)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.342	27.329	(5.987)	5.476
Provisão para ações judiciais e regulatórias	74.028	71.288	2.740	1.845
Variação cambial / Provisão ganho/perda <i>hedge</i>	26.176	26.176	-	7.097
Provisão perda na desativação de ativos	9.430	9.430	-	(11.727)
Provisão efeito postergação tarifária	-	-	-	(9.683)
Contratos de concessão - marcação a mercado	(49.069)	(39.482)	(9.587)	(2.490)
Outras	4.531	3.129	1.402	(1.858)
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	71.012	73.318	(2.306)	(2.961)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola (vide nota 3)	526.801	537.410	(10.609)	(10.607)
Subtotal - impacto no resultado do exercício	684.251	708.598	(24.347)	(24.908)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(1.068)	(827)	(241)	(447)
Plano de pensão	(1.068)	(827)	(241)	(447)
Total	683.183	707.771	(24.588)	(25.355)

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2015.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 31 de março de 2016 é como segue: R\$ 45.306 em 2016, R\$ 57.970 em 2017, R\$ 57.763 em 2018 e R\$ 522.144 de 2019 a 2028.

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

27. PARTES RELACIONADAS

27.1 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador a Iberdrola Brasil S.A.. Foram considerados como partes relacionadas o acionista controlador, entidades sob o controle comum e coligadas que de alguma forma exerçam influências sobre a Companhia.

As transações da Companhia relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	(Ativo) / Passivo		Receitas / (Despesas)		Duração	Indexador
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015		
COMPRA DE ENERGIA						
Energética Águas da Pedra S.A. ^(a)	1.258	1.143	(3.563)	(2.930)	Dez/2040	IPCA
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. ^(a)	268	243	(758)	(624)	Dez/2039	IPCA
Goiás Sul Ger. de Energ. Elétric. S.A. - Goiandira ^(a)	94	86	(267)	(220)	Dez/2039	IPCA
Goiás Sul Ger. de Energ. Elétric. S.A. - Nova Aurora ^(a)	71	64	(200)	(165)	Dez/2039	IPCA
Rio PCH I S.A. - Pedra Garrafão ^(a)	49	45	(139)	(114)	Dez/2038	IPCA
Rio PCH I S.A. - Pirapetininga ^(a)	49	45	(139)	(114)	Dez/2038	IPCA
Teles Pires ^(a)	1.648	1.760	(5.040)	-	Dez/2044	IPCA
UHE Belo Monte ^(a)	321	330	(321)	-	Dez/2044	IPCA
Elektro Comercializadora de Energia Ltda. ^(a)	117	78	(347)	(250)	Dez/2017	IGP-M
Total	3.875	3.794	(10.774)	(4.417)		
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						
Elektro Comercializadora de Energia Ltda. ^(a)	(31)	(31)	93	84	Indeterminado	IGP-M
Iberdrola Brasil S.A. ^(b)	250	1.000	(440)	(250)	Out/2016	IGP-M
Amara Brasil Ltda. ^(a)	182	546	(882)	(1.332)	Ago/2018	IPCA
Total	401	1.515	(1.229)	(1.498)		

(a) Compra de Energia de Partes Relacionadas, através de leilões regulados para fins de revenda ao consumidor, com preços regulados e aprovados pela ANEEL.

(b) Serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas, calculados com base na estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia.

(c) Serviços diversos de natureza corporativa.

(d) Serviços de operação logística e transporte de materiais.

27.2 Remuneração da administração

A remuneração total da Administração da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2016, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 3.225 (R\$ 3.316 para o mesmo período de 2015), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 1.741 (R\$ 2.089 em 2015) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós-emprego, no valor de R\$ 1.484 (R\$ 1.227 em 2015). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao Plano de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Elektro no montante de R\$ 12.495 no exercício findo em 31 de março de 2016 (R\$ 13.748 em 31 de dezembro de 2015), registrado em "Outros Passivos" no passivo não circulante.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 19.1).

28. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros.

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2015 a 31 de maio de 2016, e da apólice



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 30 de setembro de 2015 a 31 de janeiro de 2017.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	1.062.768	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 11.1. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos: A fim de apresentar uma informação contábil mais consistente e atendendo as orientações do CPC 46 e IFRS 13, os passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda estrangeira são mensurados e apresentados ao valor justo, por meio de resultado. Assim, as oscilações dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

A marcação a mercado destas operações utiliza a estrutura de curva de *spread* de crédito, mapeando para as datas futuras de realização das operações as penalidades de crédito referente ao emissor do instrumento, respeitando os respectivos parâmetros contratuais.

Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota 13. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira é coberta pela utilização de instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial: *Swap* de moeda, sem nenhum componente de alavancagem.

Os valores de mercado são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas, descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado e considerando seu *spread* de crédito. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*). Nível hierárquico 2.

A Companhia não apresenta como prática a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

A partir de março de 2016 para o cálculo das operações em moeda estrangeira (via Lei 4.131 e BEI) foram utilizados os valores marcados a mercado considerando o *spread* de crédito de cada uma dessas operações e respeitando os respectivos parâmetros contratuais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 46 e IFRS 13.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª Emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Emissão de Debêntures, como não temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

Demais ativos e passivos financeiros: Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/03/2016			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	868.773	868.773	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	1.162.960	1.162.960	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	727.905	727.905	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Instrumento financeiro derivativo	384.758	384.758	Valor justo	Instrumento de <i>Hedge</i>
Caução de fundos e depósitos vinculados	8.847	8.847	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	966.649	966.649	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	4.119.892	4.119.892		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(379.178)	(379.178)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(574.082)	(574.411)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira*	(1.462.059)	(1.462.059)	Valor justo	Objeto de <i>Hedge</i>
Debêntures*	(1.104.040)	(1.145.745)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(13.956)	(13.956)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(687.807)	(687.807)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(4.221.122)	(4.263.156)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Nas atividades da Companhia, é considerado risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais passaram a ter seus efeitos neutralizados no resultado financeiro da Companhia, a partir do reconhecimento dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e sempre foram repassados à tarifa, tendo efeitos temporários sobre o caixa (vide Nota 7).

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Variação das taxas de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados no Relatório Focus do Banco Central.

O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2016, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 1º de abril de 2016: 13,13%, 6,12% e 6,48% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 7,50% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25%, e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Aplicações Financeiras	875.832	Variação CDI	113.943	142.428	170.914
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(40.727)	Variação CDI	(6.200)	(7.750)	(9.300)
Empréstimo ^(a)	(1.070.299)	Variação CDI	(157.475)	(196.844)	(236.213)
Instrumentos Financeiros Derivativos (BEI e 4131)	(384.758)	Variação CDI	48.858	61.072	73.286
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(221.467)	Variação CDI	(33.712)	(42.140)	(50.568)
	(841.419)		(34.587)	(43.233)	(51.880)
Ativo Indenizável ^(b)	966.649	Variação IGP-M	59.159	73.949	88.738
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(261.300)	Variação IPCA	(16.932)	(21.165)	(25.398)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(135.007)	Variação IPCA	(8.748)	(10.936)	(13.123)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(446.439)	Variação IPCA	(28.929)	(36.162)	(43.394)
Financiamentos - Finep 5º Ciclo	(7.802)	Variação TJLP	(587)	(734)	(881)
Financiamentos - BNDES	(464.221)	Variação TJLP	(35.364)	(44.205)	(53.046)
Redução (Aumento)			(65.989)	(82.486)	(98.983)

(a) A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a Companhia possui uma operação de *swap* conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(b) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Companhia levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e a variação do IPCA.

Risco de inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de um dia após a data do seu vencimento. Em 31 de março de 2016, o saldo do contas a receber vencido apresentou aumento de R\$ 40.942 quando comparado com 31 de dezembro de 2015. O índice de inadimplência no encerramento do período foi de 4,9%⁽¹⁾ (4,6% em 31 de dezembro de 2015).

Para intensificar a recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso; e (v) cobrança judicial. Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo novas tecnologias com o objetivo de fornecer outras formas de pagamento aos clientes, como por exemplo, a disponibilidade de pagamento com cartão de débito e parcelamento com cartão de crédito.

(1) Índice calculado com base no valor do contas a receber vencido pela receita de fornecimento de energia bruta.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Alterações na metodologia vigente são amplamente discutidas através do mecanismo de Audiência Pública e contam com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também pode contribuir para que as empresas apresentem um cenário de exposição, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através de sua associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

A Companhia tem até o encerramento do ano de 2016 para concluir e endereçar todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de quatro subestações, três transformadores e dois disjuntores – todos móveis e próprios, que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 123 subestações (SE) automatizadas, a automação do comando e supervisão remota de 1985 equipamentos em redes de distribuição (religadores, reguladores de tensão, bancas de capacitores e sensores de redes), que utilizam comunicação com tecnologia *modem* celular, satélite, rádio e fibra óptica, contribuindo com a redução do deslocamento das equipes para a execução das tarefas na rede de distribuição, bem como a implantação de 158 sistemas de recomposição automática '*Self Healings*', que restabelece de forma automática trechos desenergizados para fontes alternativas evitando desligamentos de longa duração e a redução da quantidade de clientes desligados, beneficiando atualmente cerca de 387 mil consumidores.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 17 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização de 458 disjuntores e a instalação de 3,0 mil km de redes compactas com cabos protegidos, nos últimos 10 anos.

Risco de racionamento

A Elektro, por ser uma empresa distribuidora, depende diretamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração para atender seus consumidores. A matriz energética brasileira é composta principalmente por hidrelétricas, o que implica em uma forte dependência do volume de chuva incidente nos reservatórios e sua capacidade de armazenamento. Devido a baixa afluência ocorrida ao longo de 2014, inclusive no período chuvoso (a ENA – Energia Natural Afluente – de dezembro/14 realizou em 84% da média histórica), os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste se apresentaram no último ano com um baixo índice de volume armazenado (aproximadamente 19,3% da capacidade). Ao longo de 2015 houve uma recuperação do nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste para 29,8% da capacidade e em Março de 2016 o nível chegou a 56,6% eliminando o risco de racionamento para este ano.



Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações/variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/03/2016	31/03/2015
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	3,5589	3,2080
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-2,47%	-20,77%
IGP-M	2,97%	2,03%
IPCA	2,68%	3,83%
TJLP	1,82%	1,35%
Selic	3,26%	2,82%
CDI	3,25%	2,81%

(1) Cotação em 31 de março de 2016.

Notas Explicativas



CNPJ 02.328.280/0001-97

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES
DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE BORSATO
DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES
DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

JESSICA DE CAMARGO REAOCH
DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

FABRICIA LANI DE ABREU
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE

ROGERIO ASCHERMANN MARTINS
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS CORPORATIVOS

TALITA MENDES MASSON
GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

WEDSON ROMERO PERES
CONTADOR
CRC 1SP222804/O-9

Notas Explicativas



CNPJ 02.328.280/0001-97

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 2016

PRESIDENTE

ARMANDO MARTÍNEZ MARTÍNEZ

CONSELHEIROS

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

JUSTO GARZON ORTEGA

JUAN MANUEL EGUIAGARAY UCELAY

ANTONIO ESPINOSA DE LOS MONTEROS HERRERA

VICENTE DONIZETI DOS SANTOS

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

PROJEÇÕES DIVULGADAS EM 2015 E CONFRONTO COM OS RESULTADOS REALIZADOS NO 1º TRIMESTRE DE 2016

1. Investimentos

Os valores de investimentos previstos são destinados à expansão, melhorias e preservação do sistema elétrico e suporte operacional (Programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e Frota). Tais investimentos visam à contínua melhoria do desempenho operacional da Companhia, suportados pelas premissas de qualidade, produtividade e segurança, e estão dentro do nível histórico de investimentos realizados pela Companhia. A atual projeção considera investimentos líquidos de despesas de pessoal capitalizadas e exclui investimentos realizados com recursos de terceiros.

Em relação ao acumulado de janeiro a março de 2016, observou-se que o valor realizado foi de R\$ 51,6 milhões, próximo ao valor projetado para o período. Para os anos de 2016 e 2017 as projeções divulgadas de R\$ 292,5 milhões e R\$ 325,1 milhões, respectivamente, foram revisadas de acordo com o quadro abaixo:

<i>R\$ Milhões</i>	Plano 2015-2019	Plano 2016-2020	Plano 2016-2020
Capex por Categoria (sem capitalização)	2016		2017
Expansão (Novas ligações, obras de subestações e linhas de transmissão e Programas de Universalização)	183,5	133,7	159,3
Preservação do Negócio	36,3	40,5	36,9
Melhorias e atualizações tecnológicas	20,8	9,6	11,8
Suporte Operacional	38,6	41,7	38,4
Outros (Varejo)	2,9	3,1	2,4
Obras de Transmissão no âmbito da distribuidora	22,6	49,9	62,5
Capitalização (Material, Serviços e Outros)	24,1	24,3	24,3
Obrigações Especiais	(18,1)	(10,5)	(10,5)
Total (líquido de despesas de pessoal capitalizadas)	310,4	292,5	325,1

2. Despesas Operacionais, Gerais e Administrativas

Os valores de despesas da Companhia previstos referem-se aos gastos operacionais com pessoal, material, serviços de terceiros e outros, não incluídos nesses valores as provisões de contingências e créditos de liquidação duvidosa, deduzidos os valores de outras receitas (por exemplo, compartilhamento de infraestrutura). Esses valores consideram premissas de inflação média de 2,8 % a.t. e a manutenção da busca contínua de melhoria e esforços para redução dos custos operacionais adotadas desde 2012 pela Companhia.

No acumulado de janeiro a março de 2016 observou-se que o valor realizado foi de R\$ 123,5 milhões, um desvio a menor de 1,5% em relação ao valor projetado, correspondendo a um montante de R\$ 1,9 milhão abaixo do projetado para o ano, variação relacionada principalmente às despesas com materiais e serviços de terceiros. Para o ano de 2016 a projeção divulgada de R\$ 495,0 milhões se mantém.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas (SP), 20 de abril de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC 1BA021419/O-4-S-T-SP